



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – PDAF E OS DESAFIOS DA
GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.
DE 13 DE MARÇO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência solicita à Segurança da Casa que libere o espaço da galeria aos professores, alunos e servidores para que eles possam se acomodar.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 2

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá como lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 15ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.039/2014, de autoria do Deputado Wasny de Roure, a sessão ordinária de hoje, 13/03/2014, quinta-feira, transforma-se em Comissão Geral para discutir o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira — PDAF e os desafios da gestão das escolas públicas do Distrito Federal.

Solicito à Segurança da Casa que libere a entrada e abra as portas da galeria também.

Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 15h39min, a sessão é reaberta às 15h42min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convido para compor a Mesa dos trabalhos: o Exmo. Sr. Deputado Joe Valle; o Exmo. Segundo Secretário, Deputado Prof. Israel Batista; o Exmo. Secretário de Estado de Planejamento, Paulo Antenor de Oliveira; o Secretário Adjunto de Educação, Jacy Braga; o Subsecretário da Secretaria de Estado de Fazenda, Adão Nunes da Silva; o Diretor do Colegiado, representante do Sinpro, Jairo Mendonça; a representante do Conselho Escolar de Brasília, Cláudia Pereira; o estudante, representante do grêmio estudantil do Distrito Federal, Guilherme Pereira dos Santos; o representante dos diretores de escolas públicas do Distrito Federal, para representar a Secretaria de Planejamento e Orçamento, Caio Abbott.

Eu quero alertar os colegas que estamos aqui hoje em momento que não era o planejado. Vou pedir a compreensão de todos, pois teremos às 17h, no Senado Federal, a assinatura de um convênio da Câmara com o Senado. Então, vamos ser o mais objetivos possível para que possamos avançar o máximo até a hora em que naturalmente um dos colegas Deputados irá nos substituir aqui, porque terei que estar presente nesse evento.

É uma grata satisfação estar recebendo servidores da educação, diretores, diretores de regionais. Vejo aqui vários alunos, professores e o dirigente do Sinpro.

Vejo este tema como um tema bastante presente nas escolas. Tenho visitado algumas escolas. Inclusive, amanhã, estarei na escola do setor Lago Oeste, com os alunos e professores, num café da manhã.

Este é um assunto que tem chegado até nós na Câmara Legislativa através de alguns diretores do Sinpro, como também através de diretores de escolas, que estão bastante apreensivos diante dos compromissos firmados a partir de portaria da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 3

Secretaria de Educação. Neste momento, eles se encontram desguarnecidos do ponto de vista das previsões orçamentárias e financeiras para fazer frente a esses compromissos.

Portanto, é uma situação delicada, e o intuito desta audiência é tão somente trazer o problema à tona, fazer do problema algo concreto, e a Câmara Legislativa e o governo identificarem qual a contribuição de um e de outro no processo de equacionamento. Eu tenho certeza de que os colegas Parlamentares, que têm se esforçado com suas emendas em áreas de investimentos, em áreas culturais, terão a máxima disposição de ajudar a construir equacionamento que venha dar à Secretaria de Orçamento e à Secretaria de Educação condições de, pelo menos, evoluir no equacionamento do problema e, ao mesmo tempo, ter o conhecimento dos avanços dessa discussão no interior do governo.

Aqui o objetivo é tão somente clarear o problema e clarear os encaminhamentos das soluções previstas. Aqui não é um ringue, porque esta é uma matéria com a qual todos nós estamos preocupados e que afeta a vida dos nossos estudantes e dos nossos profissionais que estão no local mais nobre, que – é desnecessário repetir – é a própria escola. A escola deve merecer de nós toda atenção, não apenas no discurso, mas também nas condições de viabilizar as soluções práticas, para que ela funcione à altura da demanda e da expectativa que a sociedade brasiliense tem de todos nós aqui.

Se houver concordância com os colegas Deputados, ouviremos a Mesa em primeiro lugar, que são os nossos convidados, e, em segundo lugar, os nossos Parlamentares. Há acordo com o Deputado Chico Vigilante, com a Deputada Arlete Sampaio, com a Deputada Eliana Pedrosa?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer aos nossos convidados que essas cadeiras destinadas aos Deputados estão à disposição dos convidados. Portanto, quem quiser sentar aqui mais perto, elas estão à disposição, até porque, vindo para cá, irá liberar as outras cadeiras para as pessoas que queiram sentar na galeria interna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Estão à disposição de qualquer pessoa, inclusive dos colegas estudantes que estão lá em cima, as cadeiras aqui, no plano terrestre, vamos assim dizer.

Há acordo com o encaminhamento dos colegas Deputados?

Passo a ele a palavra, pessoa com quem, inclusive, tão logo o problema chegou a nós, mantivemos contato por telefone, quando nos relatou o problema e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 4

sua origem. Havendo acordo, vou passar a palavra, inicialmente, ao Secretário Adjunto de Educação, Prof. Jacy Braga, por demais conhecido de todos nós.

SR. JACY BRAGA RODRIGUES – Sr. Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Wasny de Roure, boa tarde. Boa tarde aos demais Parlamentares presentes, aos companheiros que compõem a Mesa comigo, aos companheiros da educação, diretores regionais, subsecretários, diretores de escola, alunos. Boa tarde a todos vocês.

A minha intenção inicial, Deputado Wasny de Roure, é fazer um pequeno histórico em relação ao PDAF para que nós possamos entender a dimensão do que aconteceu em 2013, que é o objetivo da discussão nesta atividade de hoje.

A descentralização de recursos para as escolas não é uma novidade, ela já existe há um bom tempo, há vários anos, na secretaria. Isso remonta pelo menos há uns vinte anos. Houve várias formas de descentralização ao longo desses anos todos, porém o PDAF é recente, ele tem a sua origem em 2008.

O PDAF foi criado na perspectiva de suportar alguns dos investimentos e despesas que as escolas teriam. Na criação, ele descentralizou o pagamento das contas de água, luz e telefone para as escolas. Esse é um primeiro fato importante que precisamos ter presente. Além disso, ele também admitiu para as escolas os investimentos tanto de capital quanto de custeio. Os investimentos de capital circulavam em torno da compra de bens materiais para as escolas – televisão, câmera, ventilador, ar-condicionado –, uma série de bens que as escolas poderiam adquirir, desde que com planejamento efetivo por sua equipe de direção juntamente com seu conselho escolar. Os custeios eram os pequenos reparos, as pequenas obras. A contratação de algum tipo de mão-de-obra necessária às escolas era feita com as verbas de custeio.

O que nós temos de 2008 para cá?

O PDAF, em 2008, foi previsto e executado em 65 milhões de reais – eu vou dar números redondos para podermos entender a dinâmica. Em 2008, ele foi executado em torno de 65 milhões de reais. Desses 65 milhões de reais, quase 45 milhões de reais correspondiam ao pagamento das concessionárias de água, luz e telefone.

Em 2009, isso mais ou menos se repetiu: 65 milhões, e mais ou menos 45 milhões, também, destinados ao pagamento das concessionárias de água, luz e telefone.

Em 2010, o previsto e executado subiu para 70 milhões de reais e o executado em torno de água, luz e telefone subiu um pouco, em torno de 48 a 50 milhões de reais.

Então, o que vemos nesses três anos? Que existia um padrão de investimento no âmbito das escolas. Qual era esse padrão de investimento? Cerca de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 5

20 milhões de reais, arredondando – entre 19 e 20 milhões de reais –, eram os recursos que as escolas tinham, efetivamente, para fazer o seu planejamento de investimento. Era esse o dinheiro – vamos dizer assim, bem entre aspas – que as escolas estavam autorizadas a gastar, a investir. Era sobre esse montante que as escolas, então, se programavam. Houve nesse período algumas fórmulas e cálculos para se chegar a esses valores.

Em 2011, houve a decisão de centralização das contas de água, luz e telefone no âmbito do sistema, no âmbito da administração central da Secretaria de Educação. Então, saíram do orçamento do PDAF aqueles 45, 50 milhões que eram destinados a isso. A peça orçamentária de 2011 previa um investimento do PDAF de cerca de 37 milhões de reais, que foi executado em 19 milhões e 900 mil, 20 milhões de reais. Esse foi o PDAF de 2011.

Tentou-se, naquele primeiro ano desta gestão, alavancar o investimento. Inclusive, essa foi uma discussão que tivemos aqui na Câmara ainda em 2010. No final do ano de 2010, já na transição, nos acordos que fizemos, aprovamos um orçamento do PDAF da ordem de 37 milhões. Era intenção nossa, desde o início do governo, praticamente dobrar o investimento do PDAF já no primeiro ano da gestão do Governo Agnelo. Isso não foi possível, e a execução ficou, então, como tinha sido nos três anos anteriores, em volta de 20 milhões de reais.

Para 2012, também numa discussão nesta Casa, na aprovação do Orçamento, a Lei Orçamentária aprovou, então, a destinação de 70 milhões de reais. E aqui começam os problemas. Os problemas começam nessa aprovação. Aprovaram-se 70 milhões de reais, que já suplantavam em mais de três vezes os investimentos anteriores. Porém o fluxo financeiro do governo só conseguiu disponibilizar esses recursos às escolas no final do ano de 2012. Aqueles 70 milhões, que deveriam chegar ao longo do ano de 2012, foram estar disponíveis para as nossas direções... Estou vendo aqui vários diretores de escolas presentes, muitos deles reeleitos. Eles sabem do que estou falando: o dinheiro só chegou efetivamente para gasto no âmbito da escola no final do ano de 2012. A consequência disso é que as escolas não conseguiram fazer o investimento do PDAF de 2012 e praticamente 80% desse valor, ou seja, 80% dos 70 milhões... Na verdade, foram 68 milhões destinados às escolas, e não 70. Setenta foi o orçamento aprovado; 68, o executado. Desses 68 milhões, cerca de 75% a 80% foram reprogramados no final de 2012 para o ano de 2013. Eles foram empurrados para 2013, reprogramados para serem gastos em 2013. Então, nós entramos o ano de 2013 com cerca de 50 milhões no caixa das escolas.

No orçamento de 2013, a peça orçamentária aprovou, também nesta Casa, 19 milhões de reais para o PDAF. Aqui a gente vê uma contradição, tanto nossa, de governo, quanto da peça orçamentária: no ano anterior, tínhamos aprovado 70 milhões, e em 2013 aprovamos 19 milhões, muito em consequência da falta de capacidade de conseguir levar os recursos às escolas durante o ano de 2012 e de termos reprogramado um percentual muito grande dos valores de 2012. Esses 19



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 6

milhões de reais foram repassados às escolas. Somados àqueles 50 milhões reprogramados, nós tínhamos 69 milhões de reais, aproximadamente, destinados às escolas no ano de 2013.

Segundo problema: durante a gestão, no decorrer do ano de 2013, a Secretaria de Educação e o governo inovaram na perspectiva do cálculo do PDAF, e uma série de variáveis foi incluída no cálculo do PDAF, gerando uma portaria editada, se não me engano, no mês de abril de 2013. A soma da aplicação dessa portaria importava num valor total de 104 milhões de reais, em números redondos. Foi muito fácil. Mais uma coisa: a portaria foi divulgada, publicada em Diário Oficial; apareceu o nome de cada escola e quanto ela teria programado para receber, a partir dessa portaria, durante o ano de 2013. Porém, e não é segredo, a gente não teve um ano muito tranquilo do ponto de vista da execução financeira do governo – estão aqui o Caio, o Adão –, a gente teve bastante problema no âmbito da execução financeira, e o governo não conseguiu, então, recursos suficientes para poder cobrir a promessa da portaria, aquilo que a portaria dizia que era possível, que seria programado para o ano de 2013.

Quando assumimos a secretaria, no segundo semestre do ano passado, deparamo-nos com essa situação e com uma emergência muito grande gerada pela nova portaria, que era o pagamento do Jovem Educador. Então, numa negociação com a área financeira do Governo, conseguimos destinar em torno de 5 milhões de reais já no final do ano, que somados àqueles 19 milhões totalizou 24 milhões; que somados aos 50 milhões reprogramados de 2013, restou então disponível às escolas 74 milhões de reais no ano de 2013.

Bom, no repasse do ano de 2013 para 2014, ficaram reprogramados, de 2013 para 2014, 12 milhões de reais. Ou seja, no dia 31 de dezembro de 2013, as nossas escolas tinham em caixa 12 milhões de reais, sendo, mais ou menos, quase 9 milhões em custeio e cerca de 3 milhões em capital. Muito bem, isso significa dizer que o de 2013 foi o maior PDAF de toda a história da Secretaria de Educação. Isso é importante que fique bastante claro, porque nós tivemos um nível de investimento do PDAF de 62 milhões de reais em 2103. Ele foi três vezes maior que qualquer um dos anos anteriores a 2013.

Dito isso, ainda na perspectiva das soluções que apresentamos ao Governador, à área econômica, nós temos aprovado para este ano, na LOA, 60 milhões e 600 mil reais para o ano de 2014, para o PDAF. Declaramos que o PDAF de 2014 terá um tratamento emergencial para que possamos, a partir da disponibilidade financeira desses 60 milhões, ajudar as escolas e corrigir um pouco essa disfunção provocada no ano de 2013. Conseguimos da área financeira uma liberação de 30 milhões de reais, dos 60 milhões, que já estão disponíveis. Completamos a segunda. Tivemos um atraso no repasse financeiro, mas completamos... A segunda ainda não. Deixa-me explicar antes como a gente adotou...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 7

Vendo o mapa geral de todas as escolas, de todas as nossas 654 escolas, nós fizemos um balanço de todos os recursos, desses 12 milhões de reais, como é que eles estavam em cada uma das escolas. Então, das 654 escolas, havia 50% delas com até 20 mil reais em caixa. Esses 20 mil reais foram um corte absolutamente aleatório, não é um corte científico, técnico, não. Consideramos que 20 mil reais era um patamar razoável. Escolas acima de 20 mil reais até 351 mil reais em caixa eram os outros 50% da rede. Fizemos uma opção técnica na Secretaria de que deveríamos voltar as nossas ações para ajudar aqueles 50% de escolas que tinham até 20 mil reais.

Então, fizemos uma política de compensação dos saldos financeiros reprogramados de 2013 para 2014. Isso está nos possibilitando... Nós começamos hoje, com 13 dias de atraso, a depositar a terceira parcela desses 30 milhões de reais. Nós dividimos os 30 milhões de reais iniciais em três parcelas de 10 milhões. Fizemos essa conta de compensação, porque a escola que tinha 350 mil reais em caixa, o maior valor que ela iria receber nesse repasse seriam três parcelas de 25 mil, seriam 75 mil reais. Essa escola não vai receber nada. Para que a gente pudesse, nessa política, economizar dos recursos para ajudar as escolas com efetiva dificuldade, aqueles 50% de escolas com problemas.

Bom, com o repasse, e é isso que dissemos para todos, infelizmente com esse atraso de 12, 13 dias, começamos hoje o crédito desses valores das escolas da terceira parcela. Praticamente completamos a segunda. Algumas escolas ainda com alguns problemas de certidões negativas, mas, praticamente, completamos a segunda parcela. Com esses recursos, com o repasse, agora, da terceira parcela, todas as escolas já foram chamadas a apresentarem os seus grandes problemas. O que a portaria ocasionou? Que tipo de dívida essas escolas têm para que possamos individualmente avaliar cada uma delas? Qual universo temos? De 50% das escolas que tinham abaixo de 20 mil reais, e era onde acreditávamos que estariam os problemas de dívidas, cerca de 130 escolas dessas nos apresentaram problemas. São para essas 130 escolas que iremos começar a trabalhar agora na perspectiva de resolver seus problemas. O montante da dívida acumulada dessas 120, 130 escolas soma cerca de 16 milhões de reais. Dívida! A escola contraiu e está devendo. Há escola, como a Educacional 02, em Brazlândia, que tem uma dívida de 176 mil na praça; outras, têm 5 mil em dívidas. Há vários casos. Essas cento e poucas escolas acumularam um valor total de 15, 16 milhões.

Iremos começar a discutir, individualmente, cada uma dessas dívidas, para podermos apresentar soluções completas para elas. Esse é um compromisso que fizemos quando decidimos fazer o pagamento da terceira parcela, que deve ficar entre 15 a 16 milhões. Tem realidade em regionais de ensino em que, simplesmente, não há praticamente nenhum problema, mas em outras regionais, 80% da rede daquela regional têm problemas. Então, o universo de tratamento para nós ficou bastante complicado, porque não dá para adotarmos o mesmo peso e a mesma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 8

medida para todos. Por isso, faremos uma discussão quase que individualizada. Já pedimos às regionais para que elas fizessem um primeiro levantamento e uma primeira peneira dessas dívidas. Agora, faremos em nível central uma conversa com cada gerente para que eles conversem com cada escola para que possamos ajudá-las. Não deixaremos nenhuma dessas escolas com essa pendência financeira *ad infinitum*, ajudaremos cada uma delas a quitar suas dívidas.

Do ponto de vista da disponibilidade orçamentária, são 60 milhões para esse ano, é isso o que temos. Ontem, já começamos a discutir com a área financeira o repasse do segundo lote de 30 milhões. Queremos, na intenção da Secretaria da Educação, viabilizar esse segundo lote ainda no primeiro semestre. Porém, dependeremos das negociações com a área financeira do governo. De uma forma geral, tentando ser bastante sintéticos e, espero, didáticos, a história toda dessa situação do PDAF é a colocada. Nós pretendemos uma discussão, já estamos avançando com as regionais de ensino e avançaremos, agora, com os diretores, de uma nova regulamentação sobre o PDAF. A portaria de 2013 só teve validade para o ano passado e não se aplica mais. Queremos abrir uma discussão com quem efetivamente executa esse dinheiro, esses recursos, que são os nossos gestores na ponta. Queremos discutir com eles para que haja uma reformulação completa da legislação sobre o PDAF, a fim de torná-lo mais dinâmico, mais fácil, permitindo-nos que o que for prometido, aprovado no orçamento, tenhamos a capacidade efetiva no governo de entregar às nossas escolas para que elas possam se programar. Este ano, pela primeira vez na história do PDAF, conseguimos repassar já nos primeiros dois, três meses letivos, o que nos anos anteriores só acontecia bem mais tarde.

Então, Presidente, este é um resumo da situação do PDAF. Estamos à disposição para os questionamentos que surgirem. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Secretário. Tenho a grata satisfação de anunciar a presença do Deputado Dr. Michel e peço desculpas a S.Exa., porque quando fiz a consulta dos Deputados não percebi sua presença, perdoe minha falta. Convido para compor a mesa também um dos proponentes da matéria, Deputado Joe Valle, que está entre nós. Registro a presença aqui da diretoria da Umes do Gama, União dos Estudantes Secundaristas do Gama; da Sra. Marcela Vietes de Mendonça Pedrosa, pedagoga e orientadora do CEM 01 do Gama; Vanessa Arruda Stecanella, coordenadora da Regional de Ensino do Recanto das Emas; Kátia Esteves Evangelista, diretora do CEF Gesner Teixeira, no Gama; Edilene Abreu, coordenadora do CRE de São Sebastião; Henrique Torres, assessor especial da Subeb – Subsecretaria de Educação Básica/SEDF; Enilson Silva, diretor do CEF 01/Planaltina; Leandro Cunha, monitor do CEE 01/Planaltina; Paulo Cesar Ramos Araújo, diretor do Centro de Educação Profissional, Escola Técnica de Saúde de Planaltina; Mirian Theyla Ribeiro, professora da Secretaria; Claudomir de Sousa, vice-diretor do Centro de Ensino Especial de Planaltina; João Alves da Costa Braga, diretor do CEF 01 do Paranoá; Marco Aurélio Salgado, subsecretário de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 9

Infraestrutura e Apoio ao Educando/SEDF; Prof. Nelson, coordenador da Regional de Ensino de Ceilândia; Valdir Moizinho, assessor especial da Secretaria; Tania Reis, assessora da Secretaria de Educação; Maísa Angélica de Rezende, professora da Secretaria.

Convido para trazer sua manifestação Guilherme Pereira dos Santos. Nós vamos intercalando entre os representantes de entidades e os representantes de governo para poder construir a composição. Guilherme Pereira é presidente do grêmio on-line do CEM 01 do Gama.

SR. GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS – Primeiramente muito boa tarde a todos, aos membros do grêmio que estão aqui presentes, da UMES-Gama, do Sinpro. Muito boa tarde aos membros da Mesa, ao Deputado Wasny de Roure.

Vou fazer um balanço das atitudes tomadas pelos membros do grêmio e também pelos alunos do Centro de Ensino Médio 01 do Gama, CEM 02, CEM 03 e Centro Educacional 08 do Gama. No dia 18 de fevereiro, nós fizemos um ato no Gama, com mais ou menos setecentos estudantes reivindicando o PDAF das escolas, que simplesmente não foi depositado. Não só o PDAF, mas também reivindicamos em relação à estrutura, cobertura de quadra, banheiros, lanche escolar e a um grande problema que é a falta de professores. Há escolas no Gama que estão com mais ou menos vinte turmas sem professores de algumas matérias no CEM 02.

A UMES – Gama – União dos Estudantes Secundaristas do Gama levou uma carta de justificação ao José Antônio, da DRE do Gama, e nós não tivemos a resposta que deveríamos ter em relação ao PDAF. Nós esperávamos uma resposta mais concreta, porém não veio como gostaríamos. Foi passado para nós que em 2013, devido às mensalidades – esse é um dos pontos do Currículo em Movimento – as escolas que aderissem ao projeto iriam receber, em seu PDAF, 2 mil reais a mais por turma. Porém, não foi isso que aconteceu.

No Colégio do Gama, nós aderimos ao PDAF. Lá há 50 turmas, e o PDAF de 2013 era estimado em mais ou menos 500 mil reais. No CEM 02, seriam 620 mil reais, e esse dinheiro não foi repassado. Essas escolas – o CEM 02, por exemplo – acabaram se afundando em dívidas devido à falta da verba do PDAF de 2013, que não entrou com deveria. Os diretores receberam a orientação em 2013 que essa verba seria repassada, caso o que sobrou de 2012 fosse gasto.

Alguns diretores não gastaram, a exemplo do Colégio do Gama, e fizeram bem, pois em 2013 não entrou. Estão aqui os estudantes do Colégio do Gama, que vieram representando a sua escola, levantando várias questões. Estamos cansados de discurso dizendo que vai acontecer, vai acontecer, e nunca se coloca em prática as emendas deliberadas em reuniões.

A gente não vai se calar diante dessas situações. Nós queremos uma transparência maior em relação ao PDAF – Programa de Descentralização



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 10

Administrativa e Financeira – e queremos também exigir que essa verba seja realmente trabalhada de uma forma mais organizada. Eu acho que a palavra é esta: organizada. Que realmente funcione, que realmente seja executada nas escolas.

É um absurdo uma escola como o CG – Colégio do Gama, que tem 52 anos de existência, ter quatro quadras não cobertas, em péssimas condições. Há escolas em que os banheiros não funcionam. Há escolas com falta de laboratórios de química, física, informática. Em pleno século XXI, ano de eleição, as escolas estão ficando em segundo plano.

Escolas de cidades como, por exemplo, Ponte Alta, que é ali no Gama, estão devendo e recebendo PDAF de 5 mil reais, em três parcelas. Eu agora pergunto aos senhores aqui presentes: é possível uma escola se manter com esse valor? Uma escola com dívidas, onde o lanche não é de qualidade? É sempre um suco e um biscoito, biscoito com suco e leite. Uma variedade muito grande – sempre brinco com isso. É uma realidade que nós não podemos aceitar: que os órgãos não tomem atitude em relação a isso.

A Umes – Gama, eleita no Gama em novembro de 2013, está lutando e vai continuar lutando e trabalhando na construção da UES/DF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal – para juntos ampliarmos a luta para todo o DF, porque a situação não está crítica somente no Gama, está também em Santa Maria, no Recanto, em Samambaia. No Cruzeiro, por exemplo, há escolas com dívidas absurdas lá.

Para ser breve com minha fala, não ficou claro aqui, Sr. Jacy Braga, com relação ao PDAF 2013, o que foi feito com a verba que não foi executada ou repassada. Não ficou claro isso para mim, e gostaria que o senhor respondesse.

Também vou levantar a questão do passe livre estudantil neste espaço. É uma luta da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas –, a maior da América Latina. Ela exige um passe livre irrestrito e ilimitado, pois está na Constituição que os jovens têm direito à cultura, e o cinema é cultura, mas para chegar até o cinema nós dependemos de transporte público. O passe não é livre, como diz o nome. É um passe livre com várias restrições.

Há alunos que, aos sábados, fazem projetos nas escolas e dependem do passe livre, porém o cartão do passe livre não passa aos sábados. Linhas de ônibus são restritas. Pessoas que, por exemplo, fazem estágio e dependem do passe livre irrestrito não podem usar o passe livre estudantil para se deslocar na cidade. É essa a questão que nós da Umes – Gama, juntamente com o Grêmio Inovação do CEM 2 – que não pôde comparecer, e o estamos aqui representando – levamos à pauta também.

Eu queria uma resposta do Secretário Jacy em relação aos professores. O que vai ser feito, qual a providência com relação à falta de professores nas escolas?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 11

É um absurdo faltarem vinte professores em escola de ensino médio, onde muitos querem ingressar na UnB ou querem outras faculdades como Católica, como Unip, e dependem de vestibular. Vestibular que, na nossa opinião, não deveria nem existir. Se a UnB é pública, deveria ser totalmente pública para os estudantes de escola de pública. Não deveria ter vagas, cotas, 50% para a escola pública. O que vai ser feito em relação aos professores?

Quanto à estrutura das escolas, quando será reformada? Quando começará uma ação que realmente funcione? Estou cansado de ouvir: “Esse ano vai! Esse ano a quadra será coberta, já tem projeto, já tem isso e isso”. Mas nunca funciona, os estudantes são lesados. Desde 2012 eu ouço da Diretoria Regional de Ensino do Gama que o nosso auditório do CG seria reformado, o do CEM 3 e o do CEM 2 também. Até hoje nada começou a ser feito.

No CEM 3 do Gama, uma rampa de acesso à quadra de esportes, onde uma grávida caiu e quase perdeu sua criança, só foi reformada após esse fato vergonhoso que a mídia teve que cobrir. Aí a rampa de acesso à quadra de esportes foi construída. O muro do CG passou três anos caído. Se não fossem os estudantes que pararam a cidade com 1.500 alunos nas ruas reivindicando um muro do CG! Usuários de drogas invadiam as quadras de esportes para fazer suas reuniões de gangue, e os estudantes ficavam reféns disso, dependiam do dia em que a quadra estivesse segura para poder praticar esportes. É um absurdo passar três anos com um muro caído, uma escola com 52 anos de idade, como é o CG. O CEM 02 do Gama passou anos sem ventiladores e sem bebedouros industriais. O CEM 02 tem mais de 2500 alunos e lá, hoje, só tem um bebedouro industrial para comportar toda a escola.

Essas situações, para muitos, parecem coisas pequenas, mas se for botar numa planilha todas essas problemáticas, forma uma grande malha, uma grande bola de neve, e até agora nada foi feito. O nosso Governador Agnelo Queiroz só promete. Só promete e, infelizmente, não cumpre suas promessas, e o jovem, o trabalhador o elegeu confiando em suas promessas de campanha.

Eu encerro a minha fala ressaltando essas problemáticas e exigindo aqui, como Presidente do Grêmio do CG e como Vice-Presidente da OMS Gama, uma resposta e uma atitude imediata para tudo isso que vem ocorrendo nas escolas. Sobre o PDAF, queremos saber se realmente vai ser trabalhado com mais organização.

Obrigado ao Plenário. Muito boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Boa tarde. Obrigado, Guilherme.

Eu quero já adiantar que, em breve, vou passar a direção dos trabalhos ao Deputado Joe Valle, pois, como expliquei, nós tínhamos previsto para o dia de hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 12

às 11 horas da manhã, a assinatura do convênio da Câmara com a gráfica do Senado sob o auspicioso convite do Presidente do Senado.

Infelizmente, eles nos avisaram ontem que essa assinatura foi transferida para as 17 horas. Então, o Presidente desta Casa precisa estar lá nesse horário para que então possamos consolidar uma das grandes conquistas desta Casa, que é poder acessar um parque gráfico.

Eu espero a compreensão dos colegas ao ter que me deslocar, mas tanto eu quanto o Deputado Joe Valle e o Deputado Prof. Israel Batista participamos do processo de organização desse evento. A comissão geral teve a nossa iniciativa, mas pelos colegas terem participado de reuniões anteriores com os diretores de escolas etc, entendemos que era importante a participação deles, uma vez que já vinham se mobilizando tanto na área rural como em algumas localidades. O pedido do próprio sindicato foi que os dois outros colegas estivessem nessa audiência.

Vou convidar, nesse instante, o Jairo, representante do Sinpro, que também foi um dos que, com uma comissão de professores, nos procurou na Presidência pedindo que a Casa acompanhasse de forma mais estreita esse processo.

Eu quero registrar também que a Deputada Eliana Pedrosa chegou a fazer um pronunciamento da tribuna sobre uma análise. Naturalmente, S.Exa. está aqui e vai depois se pronunciar. Além disso, alguns parlamentares têm sido mobilizados nesse processo.

Eu quero dizer, Guilherme, que a sua participação é muito importante porque dá um tom de aluno, o tom daquele que vive, que está lá na ponta e passa pelas dificuldades, pela falta da água, pelo banheiro que está depredado e por uma porção de outras coisas que fazem parte de uma realidade infelizmente bastante presente nas nossas escolas.

Eu vou passar, então, a palavra ao Jairo, diretor do Sinpro, que aqui representa a entidade.

SR. JAIRO MENDONÇA – Muito boa tarde aos estudantes que estão na galeria, o principal sujeito dessa história na educação.

Eu queria cumprimentar aqui o Presidente da Mesa, as autoridades aqui presentes, o Secretário Jacy, os meus camaradas da diretoria colegiada do Sinpro que estão presentes aqui.

Quero dizer que eu estou representando aqui um colegiado de 39 diretores, que fazem parte dessa entidade que todos vocês conhecem e que está fazendo 35 anos, agora no mês de março. Trinta e cinco anos de uma belíssima história em defesa da educação pública de qualidade para todos e para todas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 13

Acho que a avaliação de um estudante é a melhor avaliação institucional que a gente pode ter, pois é ele quem vive os problemas, quem está imerso naquela situação. É ele quem sente, quem pode dizer o que realmente está acontecendo.

Eu gostaria de dizer que essa questão do PDAF é apenas um dos problemas que a gente vivencia hoje na educação no Distrito Federal. Nós, como Sinpro, sabemos que a nossa principal função é fazer a luta corporativa da categoria pela valorização dos profissionais da educação, mas isso está intimamente ligado, está imbricado com a qualidade da situação de trabalho em que os nossos professores e professoras se encontram no chão da escola.

Nós estamos vivendo um momento de discussão de caráter nacional, que é a aprovação do Plano Nacional de Educação, que está tramitando na Câmara. Aliás, está se arrastando há quase três anos entre a Câmara dos Deputados e o Senado e vice-versa.

A grande trava da aprovação do nosso Plano Nacional de Educação é exatamente a questão do financiamento. Nós estamos defendendo as entidades de defesa do movimento docente do País: os nossos sindicatos, a nossa confederação, a CNTE. A CNTE sempre defendeu o financiamento público para a educação pública, mas houve uma inversão. Essa matéria sofreu uma inversão no Senado e voltou para a Câmara como financiamento público para a educação. Essa é a grande discussão. Nós defendemos os 10%, e essa é uma defesa intransigente.

Eu queria me reportar a essa questão, porque isso está diretamente ligado à grande discussão que se faz hoje, porque nós superamos, na década de 1990, a questão do acesso. Isso é uma questão superada. Lutamos muitas décadas para colocar todos os alunos na escola pública e, de certa forma, o ensino fundamental de nove anos nós a gente já conseguiu contemplar. Temos ainda uma demanda reprimida na questão da creche, do ensino profissionalizante, mas essa questão, grosso modo, nós já conseguimos garantir o acesso.

A grande questão que está em pauta agora é a permanência com qualidade e aquela qualidade que defendemos. Isso passa diretamente pela garantia das verbas, pelo financiamento público para a educação pública. O PDAF é um desses insumos, como já disse o Jacy aqui.

O PDAF surgiu em 2007. Tinha uma perspectiva mais neoliberal, que era incluir a questão de pagamento de conta de água, luz etc. Ele foi evoluindo e tomou um caráter mais pedagógico. É extremamente importante esse insumo para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos nas escolas públicas do Distrito Federal.

Então, temos aqui uma questão central. O PDAF de 2013 teve uma divulgação, como disse o Secretário. Foi publicada uma portaria, que dizia que o repasse seria de 104 milhões de reais, mas só foram aprovados nesta Casa 19 milhões. Então, qual é a questão que está colocada? É que precisamos de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 14

suplementação orçamentária e financeira de mais 85 milhões de reais para fazer esse repasse integral. Como isso será feito, se o orçamento do ano passado já fechou, é outra questão.

O fato é que as escolas se comprometeram, e eu queria dizer que o Sindicato dos Professores foi procurado no mês de janeiro. Os diretores que aqui estavam atuando, que não viajaram foram procurados por uma comissão de diretores que colocaram essa angústia. Os diretores se comprometeram com esse montante de dinheiro, com esse montante de recursos, se endividaram e é essa a situação real que está colocada, que inclusive, está inviabilizando, de imediato, o início de vários projetos pedagógicos, que, como eu já falei, seriam financiados com esse recurso.

A defesa que o Sindicato dos Professores faz aqui é esta: que esses insumos sejam repassados. Não sei como. Por isso recorreremos ao Presidente da Câmara, que tem poder de alterar o plano orçamentário, que pode fazer um aditivo. Eu acho que os senhores Deputados vão concordar, porque ninguém aqui é contra essa reivindicação que estamos fazendo. Essa é a grande questão e nós precisamos resolver esse problema.

A escola pública está atravessando, infelizmente, um problema sério de falta de professores neste início de ano. Nós, que estamos visitando as escolas, estamos conversando com os professores. Escolas de tempo integral, que deveriam ter começado as aulas, ainda não começaram, porque estamos com problema de planejamento.

É com essa grande questão que eu gostaria de encerrar aqui minha fala. A educação precisa ser prioridade. Ela tem de passar do discurso para a prática, Objetivamos isso priorizando e planejando a educação pública para que não falem professores. Em plena capital do Distrito Federal, é impensável que comece o ano letivo faltando professores em sala de aula e que coisas como essa questão do PDAF possam acontecer.

A avaliação que deixamos aqui é que a educação precisa, realmente, ser prioridade. Se fosse realmente prioridade do Governo do Distrito Federal, essa questão do PDAF não teria acontecido. Se tivesse, realmente, um planejamento estratégico que pudesse... Como é que você publica uma portaria dizendo que vai repassar 104 milhões e não garante a dotação orçamentária para que isso possa se efetivar. Parece que é uma brincadeira com a educação pública.

Por isso, deixo essa fala, essa reivindicação, representando aqui o colegiado do Sinpro/DF – Sindicato dos Professores. Deixo aqui também a saudação a todos vocês para que essa questão possa ser resolvida o mais rápido possível.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Jairo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 15

Realmente, eu concordo com você. É inconcebível, mas temos soluções. Temos de discutir, aqui nesta Casa, soluções para essa questão.

Eu gostaria de agradecer a presença da professora Luíza Monteiro Menezes; do professor Ricardo, Coordenador Regional de Ensino do Paranoá; do Fernando Reis, Diretor do Sinpro; da Thaís Moreira Freitas; da professora Celsa, Coordenadora Regional de Ensino de Sobradinho; do professor Oséias Guimarães Castro; da professora Maria Alves Rolim e do Jailson Pires de Almeida, assessor da Coordenação Regional de Planaltina.

Concedo a palavra Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Deputado Joe Valle, que está conduzindo essa Comissão Geral.

Cumprimento todos os integrantes da Mesa na pessoa do Guilherme, como uma maneira de homenagear todos os alunos do Gama que estão acompanhando a nossa sessão.

Também quero falar da minha satisfação de ver que nós temos uma juventude que já é crítica, já é participativa e enfrentou com muita galhardia o microfone. Eu me lembro que, já adulta, na primeira vez que fui enfrentar o microfone, eu tremi. Não senti isso em você, Guilherme. Parabéns para você!

Eu quero cumprimentar toda a comunidade escolar que está aqui presente, os professores, os diretores, os supervisores, a representação sindical, os representantes do Sinpro/DF e pais de alunos, se houver algum pai de aluno aqui. Fica aqui o meu cumprimento a todos.

Eu quero dizer que, em fevereiro, eu fiz um pronunciamento aqui, neste plenário, e fiz um apelo à liderança do governo e ao Presidente da Câmara para que tomassem a iniciativa de um diálogo com a Secretaria de Educação para resolver essa questão do PDAF.

Também naquele momento, eu fiz um discurso dizendo que todos nós também Parlamentares aqui da Câmara Legislativa do Distrito Federal temos de dar a nossa contribuição.

Efetivamente, assim eu fiz. Está aqui na Câmara o crédito para remanejamento de emendas de Parlamentares. Devemos votá-lo assim que tivermos uma sessão. Na terça-feira, segundo a Líder de Governo. Eu tenho uma emenda, que já foi protocolada há algum tempo. Consegui remanejar das emendas que eu havia me comprometido com as comunidades 780 mil reais. Então, acho que todos aqueles que quiserem dar uma colaboração a essa questão orçamentária, está previsto isso. Eu vou me permitir, com alguma atualização, ler o discurso que eu proferi lá no início de fevereiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 16

A Constituição Federal de 1988 definiu como princípio da educação brasileira a gestão democrática do ensino público. Muitas pessoas estão falando que a gestão democrática é minha, ou é do outro, ou não sei de quem. Está definida na Constituição de 1988. Um sonho que precisava virar realidade para as escolas do Distrito Federal. De lá para cá, houve muita discussão e alguns modelos implantados tendo como última ação a Lei nº 4.751, de 2012, dispendo sobre o tema.

Porém, para que uma escola efetive uma gestão democrática, é necessário ter um projeto político-pedagógico com a participação e aprovação de toda a comunidade escolar, além da autonomia administrativa e financeira.

Eu quero cumprimentar o representante do Sinpro por ter tocado exatamente neste o ponto. Não tem como fazer essa gestão democrática se não tiver autonomia administrativa e financeira. Sem a autonomia financeira, não haverá gestores e nem professores dispostos a enfrentar as dificuldades diárias para percorrer o caminho de uma educação pública de qualidade, e o sonho da gestão democrática será letra morta, cuja lei acabará caducando pela não aplicabilidade em sua plenitude.

E é com isto que ficamos mais preocupados, com essas idas e vindas de colocar os recursos e não colocar os recursos, com a expectativa gerada. O gestor público faz a despesa e depois fica com um problema, que se torna dele. Ele deveria estar se preocupando com a qualidade da educação, mas ele fica preocupado é com a dívida que ele assumiu. E aí vai havendo um verdadeiro desestímulo.

Para que essa autonomia ocorra de verdade, foi criado, em 2008, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF. Eu gostaria de registrar que o PDAF foi criado no governo Arruda. Pretendo ser concorrente dele nas próximas eleições. Então, não tenho motivo algum para lhe fazer louros, mas tenho de dar a César o que é de César. O PDAF possibilita aos diretores de escolas públicas a aquisição de materiais didático-pedagógicos e esportivos, manutenção de equipamentos e piscinas, compra de gás para preparo da alimentação escolar, conserto de equipamentos e pequenos reparos na instalação predial. Naquele ano, foram depositados 41,1 milhões de reais para as escolas.

Na verdade, Peninha – chamo-o assim pelo hábito, pela admiração, pela convivência que tivemos no passado –, os itens água, luz e telefone foram colocados no PDAF como uma forma de cada escola incentivar a economia. O que fosse economizado poderia ser revertido para as melhorias das próprias escolas, do projeto político-pedagógico. Esse era o intuito quando se jogou a água, a luz e o telefone. O governo resolveu retirar esta parte, mas, em compensação, outras entraram, como o pagamento de monitor. Então, Peninha, essa conta de que era de 70, mas ficaram só 25 milhões para efetivamente fazer as despesas não confere. Pelo menos, na minha conta, não confere, porque há pagamento de monitores. Tenho conversado em várias escolas e visto as dificuldades, principalmente naquelas escolas onde há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 17

meninos e meninas com deficiência e existe uma limitação numérica na contratação de monitores. Sem falar das escolas integrais, que também são a mesma coisa. É a própria escola que não é integral, que pode ter menos meninos e meninas com deficiência, mas também precisa de monitores.

Então, permita-me discordar dessa parte da sua explicação, porque, se saem água, luz e telefone, entram outras despesas, e essa do monitor é muito emblemática, porque é muito importante para o funcionamento da escola.

De lá para cá, o PDAF se tornou um instrumento imprescindível para que as escolas pudessem funcionar em sua plenitude, deu voz a pais, alunos e profissionais de educação para escolher o que comprar em termos de quantidade e qualidade, fortaleceu a economia local e ampliou a relação da escola com toda a comunidade ao seu redor. Esse é um ponto muito bacana mesmo do PDAF, que não pode ser esquecido.

A escolha do que a escola precisa, em termos de materiais didático-pedagógicos, saiu do poder central da Secretaria de Educação para a comunidade escolar. Os fornecedores deixaram de ser grandes empresários das regiões mais industrializadas do Brasil e passaram a ser pequenos e médios comerciantes de todas as nossas regiões do Distrito Federal. Os serviços emergenciais passaram a ser executados de forma mais ágil, por pessoas e empresas da própria comunidade, sem a necessidade do trâmite burocrático de um memorando.

Não que seja um programa pronto e acabado. Como muito bem disse aqui o Peninha, está se pensando já uma maneira de se desburocratizar um pouco mais isso. Temos que levar facilidades, para que o dispêndio de tempo e energia possa ser mais na qualidade de educação do que na prestação de contas. Não que seja um programa pronto e acabado – vou repetir –; muito há que se melhorar para que o recurso chegue cada dia mais cedo às escolas, para que a compra de produtos ou serviços seja mais fácil e ágil, para que a prestação de contas seja menos burocrática e os recursos sejam reavaliados a cada ano e suficientes ao tamanho da necessidade de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Peninha, você falou o seguinte: “Olha, a portaria de abril de 2013 estabeleceu 104 milhões, mas não se, porque houve uma frustração da receita. Aí, foram repassados, efetivamente, 25 milhões.” Só que a nossa frustração de receita foi da ordem de 20%, em 2013. Dos 104 milhões, deveriam ter sido passados 80 milhões de reais e não 25. Se nós estamos comparando... Se eram 104 para a receita que tinha o Distrito Federal, se a receita diminuiu 20%, vamos diminuir 20% dos 104 e não essa queda, que foi radical. Então, a desculpa não é a frustração de receita do nosso orçamento.

Infelizmente, o caminho que deveria ser percorrido fez uma curva brusca em direção contrária ao que pensam os pais, alunos e profissionais da educação. O que se viu em 2013 foi um desgaste nunca antes vivido pelos gestores das nossas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 18

escolas públicas. Para não parar as atividades, não prejudicar quase quinhentos mil alunos e seus pais, eles foram às papelarias, às mercearias e aos demais comércios da região pedir que entregassem produtos e serviços para pagamento em pouco espaço de tempo, com a legítima certeza de que o dinheiro estava chegando, como foi prometido, já que o GDF definiu e publicou em diário oficial o valor a ser recebido por cada uma das escolas.

Então, nenhum gestor de escola pública fez uma despesa sem uma cobertura mínima legal, porque estava publicado em diário oficial. Dos 104 milhões que seriam disponibilizados, somente 25 milhões chegaram às escolas. Para que o ano letivo de 2014 começasse, o Governador prometeu liberar agora trinta milhões em três parcelas, sendo a primeira no dia 31 de janeiro e a última no dia 28 de fevereiro. Quero dizer que até hoje — estamos em meados de março — apenas a metade desse valor foi liberado. Temos hoje exatamente quinze milhões liberados. Hoje à noite, podem até liberar mais, mas hoje, antes de eu descer a este plenário, só havia quinze milhões liberados. E, aí, como você disse, esses 25 milhões de 2013, que deveriam ter sido 104, foram liberados no final do ano.

Então, esse alto índice de reprogramação para 2014 não é culpa do gestor. Isso ocorreu porque o dinheiro foi liberado em cima da hora, e ele teve que reprogramar.

Outra coisa: está faltando uma portaria que permita se fazer o reconhecimento de dívida. O dinheiro deste ano não pode pagar a conta do ano anterior, se não houver o reconhecimento de dívida. Isso, eu já falava desde fevereiro, neste plenário. O governo poderia ter tomado uma providência com relação a isso. Imaginem o diretor, os gestores das escolas sendo cobrados todos os dias pelo dono da mercearia, pelo dono da papelaria, da distribuidora de gás! É aquele sufoco! A televisão mostrou. O gestor chega ao ponto de dizer que vai fechar a escola, porque fez despesas no ano anterior e terá de pagar, senão não conseguirá sair às ruas onde mora. Como irá fazer essas despesas agora, em 2014, outra vez?

Essas coisas precisam ser mais ágeis. Esse assunto foi trazido aqui no dia em que a Câmara Legislativa reiniciou os trabalhos, em fevereiro, e até agora estamos estudando uma solução. Isso precisa ser prioridade! Algumas coisas têm que ser prioridade. Como disse o representante do Sinpro, não dá para a educação ser prioridade apenas no discurso. São coisas práticas. Não estamos falando de projetos mirabolantes, não. Estamos falando de coisas práticas.

As escolas que se diz aí que estão com R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em caixa devem ser aquelas situadas nessas regiões mais ricas, que têm oportunidade de arrecadar mais pela APM. Não? Então, melhor ainda. Disponham esses dados para nós, porque aonde tenho ido, de Planaltina ao Gama, de norte a sul, de leste a oeste, as escolas estão, efetivamente, com dificuldades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 19

Aproveito este momento, Sr. Presidente desta comissão geral, para pedir que façamos uma solicitação, a fim de recebermos por escrito esse mapa e vermos por que, ao chegarmos às escolas, há uma choradeira. E percebemos que é uma choradeira verdadeira, pois a pessoa está sufocada. As contas estão lá em cima da mesa.

Falo o seguinte: quer sair daqui, hoje, com uma solução prática? A primeira coisa a fazer é possibilitar o reconhecimento de dívida das despesas feitas em 2013. É isso! Porque o dinheiro que foi liberado neste ano, pela lei, não dá para pagar 2014, se não houver o reconhecimento de dívida, se não houver uma portaria do secretário nesse sentido.

Uma comissão geral como esta tem validade se houver consequência. Agora, se ficarmos só discursando, só discursando, as pessoas que vieram aqui, por um chamamento dos secretários e subsecretários, ficarão muito chateadas por terem perdido o seu tempo.

Eu queria aqui fazer uma reflexão a respeito dessa falta de investimento em educação, que foi sentida no ano passado. Quando houve eleição para a direção das escolas, ocorreu disputa com mais de uma chapa em apenas 73 das 654 escolas públicas, sendo que, em vinte, não houve nenhuma chapa inscrita. Isso prova que existia um desânimo geral. E talvez seja por essas dificuldades que o gestor está ali. Se há uma classe comprometida com o seu trabalho, é a classe que advém da educação. Sou testemunha disso. Sempre estudei em escola pública. Nunca estudei em uma escola privada. Percebemos que existe esse interesse. Os meus filhos, até o ensino fundamental, todos também estudaram, aqui em Brasília, em escola pública.

Temos de fazer uma reflexão, porque esse dado mostra que existe um desânimo. E, para que tenhamos uma educação de qualidade, é preciso mais, muito mais. Mesmo que o governo libere todo o recurso autorizado por lei, ele não cobrirá o déficit de 2013 se não houver o reconhecimento de dívida e se não pensarmos nessa solução.

Essas são as minhas considerações. A emenda que fiz está aqui. Há o problema da cobertura das escolas. Houve uma licitação que – parece-me – teve algum problema – não sei qual. Na maior parte das escolas, foi licitada a sua cobertura. Já colocamos aqui, muitas e muitas vezes, dinheiro para reformas e, principalmente, para a cobertura das escolas, e que por diversos tipos de impedimentos – e muitos deles eu posso dizer comigo que são políticos – não são feitos. Quer dizer: não importa qual é o fim, importa quem fez.

Acho que isso tem de mudar. Pelo menos quando for a respeito de educação e saúde, tem de mudar. Não pode ser dessa forma. Quem fica prejudicado é o aluno. Os prejudicados não nossas crianças, nossos jovens. É essa a mensagem que eu quero deixar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 20

Deputado Joe Valle, eu conheço V.Exa., conheço o Deputado Wasny de Roure, a Deputada Arlete Sampaio que está aqui, o Deputado Prof. Israel Batista, V.Exas. são comprometidos com a educação. Eu espero que nós possamos sair daqui com uma notícia boa: que possa ser adiantada pelos nossos representantes da educação que vai haver o reconhecimento de dívida de 2013 e que vamos regularizar os repasses de 2014.

Vamos usar a verdade. Estamos acompanhando o orçamento e sabemos o quanto ele se frustra. Não adianta falar que não repassou, que o orçamento não se realizou. Se não se realizou em 20%, tem de passar os 80% que estavam previstos inicialmente, e não diminuir para menos de 20%. Era isso que eu gostaria de colocar.

Está ali o CEF 15 perguntando onde está a verba. É isso mesmo. Nós precisamos da regularização disso tudo. Não sei se eu entendi...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – É isso que estamos pedindo: a regularização e a regularidade depois dos repasses. Não adianta resolver agora e depois ficarmos indo e voltando, discutindo os mesmos assuntos aqui. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Eu gostaria de comunicar a presença do Segundo-Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Prof. Israel Batista, também autor do pedido desta comissão geral, a quem convido para tomar assento à Mesa.

Uma das coisas importantes colocadas pela Deputada Eliana Pedrosa é que o PDAF irriga a economia local. Realmente é uma coisa impressionante o que ele traz de benefício. Ao mesmo tempo, se ele não chega, essa economia local, pelo seu porte, não tem como aguentar uma inadimplência. Então, ao mesmo tempo em que ele é fenomenal, revolucionário para a economia local, ele pode ser um desastre se não acontecer o que estava sendo esperando. Essa é uma lógica importante. Que possamos discutir e que tenhamos realmente soluções imediatas, porque, como falei no começo, é uma situação inconcebível.

Para que possamos regular esse processo, entendendo que para todos os governos a educação precisa ser prioritária e que essa prioridade precisa sair do discurso para a prática, há um projeto de lei desta Casa que coloca para o governo a exigibilidade de que esse repasse esteja aprovado no dia 20 de janeiro. Começou o ano, foi lida e publicada a LOA, que temos o PDAF já publicado, para que as escolas possam ter a noção exata do que vão ter para fazer o seu orçamento. É um projeto que foi colocado agora, peço o apoio dos colegas.

Agradeço ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros, que acaba de chegar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 21

Concedo a palavra à nossa Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio, que também é extremamente preocupada e que está sempre conosco em todos os momentos em que são necessárias decisões.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todas e a todos. Meus cumprimentos à Mesa na pessoa do nosso companheiro, Deputado Joe Valle, que está presidindo a sessão. Cumprimento todos os professores e alunos, a comunidade escolar presente.

Quero dizer que a oportunidade desse debate é muito importante para as escolas públicas do nosso Distrito Federal.

Quero dizer ao Guilherme que eu comecei a minha militância política no movimento secundarista, em Salvador. Depois, eu fui presidente do grêmio do Colégio Municipal de Belo Horizonte, num período estupidamente difícil da ditadura militar. Você está tendo a felicidade de ser presidente de um grêmio e ser parte da Umes do Gama num momento absolutamente democrático, em que você pode tranquilamente expressar todas as suas posições e vir aqui à Câmara Legislativa defendê-las. Isso é muito importante e é bom que a gente reconheça o quanto fomos capazes, nós todos, cidadãos e cidadãs brasileiras, de construir essa democracia.

Eu fiz parte, como Vice-Governadora, do governo de Cristovam Buarque. Como nosso governador, um dos seus primeiros atos foi encaminhar à Câmara Legislativa o projeto de lei da gestão democrática. Inauguramos a possibilidade de os professores, alunos e familiares poderem escolher os diretores livremente. É claro que a democratização da escola não passa apenas pela eleição dos diretores, ela passa também pela construção dos conselhos escolares e pelo projeto pedagógico que tem que ser discutido e debatido nas escolas. Tudo isso compõe esse espaço tão importante para o aprendizado. Como dizia Paulo Freire, é impossível se pensar em educação sem liberdade, é impossível se pensar em educação sem um processo democrático efetivamente acontecendo. Então é muito importante que tenhamos isso em mente aqui.

Infelizmente, a gestão democrática foi encerrada com a derrota do professor Cristovam em 1998. E só foi retomada agora com o Governador Agnelo Queiroz. E eu tenho certeza, e é fácil constatar... Nós estivemos à frente da Secretaria de Educação. Antes do nosso Secretário Marcelo, dois outros secretários foram mudados. Agora o Marcelo é o secretário. Ele está procurando restabelecer uma série de ações na Secretaria de Educação no intuito de assegurar a plena democratização do processo educacional e de resgatar uma série de coisas que precisam serem resgatadas – entre elas a qualidade da merenda escolar e o número de professores.

É importante lembrar: nunca um governo contratou tantos professores ao mesmo tempo como fez esse governo recentemente. E ele ainda vai continuar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 22

fazendo, para que em nenhuma escola pública do Distrito Federal falte professor. E é preciso fazer justiça à ação que o Governador Agnelo Queiroz está fazendo no sentido de contratar novos professores. São mais de 1.600 professores contratados em uma única vez no ano passado. Isso não é todo mundo que faz.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu sei que está faltando ainda, mas muito já foi feito. Meus amigos e minhas amigas, a gente nunca pode, ao defender novos avanços, passar por cima daquilo que foi construído. É um equívoco fazer isto: não reconhecer o que foi feito. O rombo era tão grande que nem com 1.600 professores contratados foi possível até agora preencher todos os quadros. Mas isso vai ser feito. Podem acreditar que isso será feito.

Eu quero dizer que no meu primeiro mandato nesta Casa foi aprovado um projeto de lei de minha autoria que descentralizava recursos financeiros para as escolas. Infelizmente, a lei foi vetada pelo governo. Ela não foi aplicada. E foi muito bom que em 2008 tenha sido feito o PDAF. Agora nós temos que garantir que ele melhore cada vez mais e não regrida, obviamente.

Quero dizer a todos os presentes e ao Deputado Joe Valle, que preside a sessão neste momento: é nossa responsabilidade também como parlamentares contribuirmos para que o PDAF, uma conquista do processo educacional do Distrito Federal, seja efetivo. Eu tenho certeza de que esse é o desejo do Secretário Marcelo. Esse é o desejo do nosso secretário adjunto, esse é o desejo de todos vocês, diretores de escolas e que se resolvam. E que se resolvam pendências do ano passado, porque é evidente que houve um erro na forma com que a coisa aconteceu. Então, tem que consertar.

Neste momento, às 17h, está sendo instalada uma reunião da Junta de Execução Orçamentária do Distrito Federal, que é presidida pelo Governador, secretariada pelo Secretário da Casa Civil, com a presença dos Secretários da Fazenda e do Planejamento. Nesta reunião, está sendo debatido um projeto de lei que virá a esta Casa na próxima terça-feira, vai ser lido aqui no plenário, que restabelece o orçamento de várias secretarias, entre elas a Secretaria de Educação. E é fundamental que isso seja feito e o Governador Agnelo tenha a sensibilidade de fazer isso. Essa coisa vai ser consertada, com certeza.

Eu, inclusive, me proponho, Deputado Joe, Deputado Prof. Israel, proponentes desta comissão geral – Deputado Wasny, Deputado Joe, Deputado Prof. Israel –, como Líder do Governo também, a reforçar essa iniciativa junto com o Marcelo. Se ainda restar pendência após o envio desse projeto de lei, podemos pedir uma audiência ao governador para resolver definitivamente as pendências do ano passado. É inadmissível que um diretor de escola, com a credibilidade que possui junto a todos os comerciantes da área, tenha feito dívidas e agora não seja ressarcido. Obviamente que isso tem que acontecer, nós temos que encontrar todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 23

os mecanismos. É claro que temos à frente da Secretaria de Educação pessoas competentes, capazes de fazer essa operação sem precisar de receita de ninguém.

Então, quero me dispor, como Líder do Governo, com vocês três e o Marcelo, a procurar o governador para fazer uma reunião, e, a partir de terça-feira, analisando o projeto que virá à Câmara, se ainda não houver uma solução, contribuiremos para encontrar essa solução a fim de que possamos normalizar o processo dentro das escolas públicas do Distrito Federal. (Palmas.) O que nós queremos é que a qualidade do ensino de Brasília seja a melhor do Brasil. Temos tudo para isso – professores qualificados, alunos que precisam ser cada vez mais motivados pela qualidade do ensino. A gente tem que melhorar a qualidade das escolas, isso é inegável, isso é o grande desafio que o Brasil tem. O Brasil, quantitativamente, melhorou muito a oferta de vagas nas escolas públicas, mas, em termos qualitativos, ainda temos muito a caminhar. Isso é óbvio, qualquer um pode reconhecer isso. Então, nós temos que trabalhar para isso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Desde fevereiro eu estou falando isso aqui na Câmara Legislativa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – V.Exa. falou e eu não te interrompi. Então, deixe-me falar aqui, faz parte da vida democrática. Eu a ouvi falar aqui durante vinte minutos. Estou falando há dez e já vou concluir.

Vocês todos saibam que vamos trabalhar incansavelmente para que as escolas públicas do Distrito Federal sejam as de melhor qualidade do Brasil. Tenho certeza de que juntos poderemos fazer isso, e o Guilherme e todos os estudantes vão poder terminar a sua escola com qualidade e ascender ao vestibular. Infelizmente existe esse problema, apesar de algumas mudanças já terem sido encaminhadas, e nós vamos conseguir, sim, fazer com que, cada vez mais, alunos das escolas públicas do Distrito Federal tenham acesso às universidades, não só em Brasília como em qualquer outro lugar do Brasil. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Arlete. Quero dizer que a Deputada Eliana Pedrosa é extremamente bem-vinda, como todos os Deputados. Educação precisa ser um tema de todos os mandatos desta Casa. Queremos neste ano eleitoral que todos os governadores candidatos a governador se prontifiquem a colocar, nos seus mandatos futuros, seja quem for que ganhe, a educação de verdade como prioridade nesta cidade para que a gente possa mudá-la definitivamente.

(Manifestação da galeria: “Demagogia.”).

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Infelizmente. Cabe a nós escolher, ou tentar escolher, aqueles que não são demagogos. Essa é uma lógica que precisamos ter até como cidadãos. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 24

Eu queria agradecer à Sra. Francinéia Soares, coordenadora da Regional de Ensino de Planaltina; à Sra. Vanusa de Lima, coordenadora do CEF 15; à Sra. Marli Dias Ribeiro, diretora da Escola CEF 4, Planaltina – obrigado pela presença; ao Sr. Fábio Alves Barbosa, professor; à Sra. Vera Lúcia, diretora; ao Sr. Jorge Alves Monteiro, diretor do CEM 01, Paranoá; ao Sr. Eldernan dos Santos Dias; à Sra. Vânia Costa, assessora de segurança escolar; à Sra. Verônica Camargo. Obrigado pela presença.

Queria avisar que, enquanto a Mesa continua a falar, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos. Quem quiser fazer a inscrição levante o braço, pois o cerimonial vai passar para fazer a inscrição de vocês. Na ordem de inscrição, abriremos o microfone para vocês.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Subsecretário de Orçamento Público da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, Sr. Caio Abbott.

SR. CAIO ABBOTT – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Quanto ao orçamento, os números que o professor Jacy apresentou aqui estão bem de acordo com o que nós temos. Eu só queria dizer duas coisas. Na proposta orçamentária, nós, no orçamento, sabemos onde estão os pontos críticos do orçamento, e essa ação orçamentária do PDAF é um ponto crítico. Nós sabemos disso. Nós procuramos, de todas as maneiras, preservar os valores propostos pela Secretaria de Educação.

Da mesma forma, eu não tenho notícias, desde 2008, eu trabalho no orçamento há muitos anos, de que, nesta Casa, tenha sido feita alguma emenda supressiva utilizando os recursos do PDAF. E, durante a execução do exercício, são recursos que não sofrem nenhum tipo de contingenciamento. Eles estão sempre disponíveis. Isso eu acho importante dizer aqui, deixar bem claro para que não haja nenhuma dúvida quanto a isso.

Eu agradeço. Vou deixar mais espaço para o debate. Eu acho mais importante.

Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Caio Abbott.

Eu gostaria de agradecer a presença do professor Laércio Cândido de Jesus; do professor Fábio Pereira de Sousa, Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional; da Sra. Ana Elen Ferreira, diretora do CEF 15 do Gama; da Sra. Elisangela R. O. Abdala, diretora da Escola Vale Verde, de Planaltina; do professor Nilvan Vasconcellos, Administrador Regional de Planaltina, obrigado pela presença; da Sra. Josilene Tuborti, professora; da Sra. Delzair Amancio, diretora do Sinpro – obrigado, Delzair, as portas estão sempre abertas; da Sra. Sirley Oliveira de Azevedo, assessora da CRE/PPC; da Sra. Juliana Hérica dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 25

Santos, também da CRE/PPC; da Sra. Patrícia – obrigado, Patrícia. O Deputado Patrício está sempre ajudando nesses trabalhos, colocando emendas da Secretaria de Educação; do Sr. Maurício Alves Dias, que está aqui, que é assessor parlamentar nesta Casa, tem feito um bom trabalho junto aos Deputados, buscando emendas para a secretaria; do Sr. William Oliveira, que é o Presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Gama – UMES, obrigado pela presença também.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista para fazer suas considerações.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sras. e Srs. boa tarde. Eu peço desculpas pelo atraso. Eu estava dando uma palestra para os estudantes sobre um tema daqueles bem áridos de História da era Moderna e acabei atrasando.

Este tema é muito importante. Eu também tenho visitado as escolas, tenho ficado preocupado com a situação, Secretário Jacy. Eu Fiz uma visita ao senhor e ao Secretário Marcelo para expor o que eu tinha ouvido nas escolas. Pude perceber essa verdadeira aflição de alguns diretores de escolas com a preocupação da dívida do ano passado, todos que eu visitei pelo menos.

Se eu pudesse recomendar alguma coisa aos diretores seria que comprassem para a escola exatamente o que o dinheiro dá naquele ano. Mas como falar isso ao professor que está vendo o estudante sem cartolina muitas vezes, sem o material para fazer um trabalho. Ele vai lá e se endivida.

Como é que o Estado pode pagar uma conta do ano passado? Como é que isso acontece? Os diretores caíram numa armadilha historicamente instituída em Brasília. Fico muito chateado, porque eu confio no trabalho do Secretário Marcelo. Eu conversei com ele. Mas esse é um caso que me afeta como professor. Quer dizer, eu sei que eu me endividaria, porque estou lá com a sala cheia de meninos. Eu tenho a perspectiva de que vão poder me pagar à frente, e eu vou fazer isso.

Então, há um medo de abandono que foi expressado nas últimas reuniões que eu tive com os diretores de escola, o que me deixou muito preocupado. Medo de serem abandonados, Secretário Jacy. Esse é o medo.

Eu sou um Deputado que comemora as vitórias. Realmente, foi a maior contratação de professores da história, não se pode negar. Podem reclamar, podem tentar negar com a mera oratória, mas é verdade, e ponto final. Comemoro isso, sim. Acho que ainda precisamos melhorar a movimentação de professores, porque nós sabemos de casos, Secretário Jacy – eu estive nas escolas para ouvir esses casos –, de escolas que precisam de professores e de professor que quer aumentar a quantidade de horas e entra com o processo, mas, por uma mera demora burocrática – burocrática! –, o estudante fica sem aula, havendo professor que pode ser remanejado e que já entrou com processo de ampliação de carga horária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 26

Eu reconheço os avanços, Secretário Jacy. Reconheço mesmo. Eu sou muito feliz porque há uma gestão democrática. Porque o nosso líder do Grêmio que está ali, Deputado Joe Valle, não sabe, mas há pouquíssimo tempo ele não estaria nesta Mesa. Essa é uma conquista recente, muito recente.

Mas é claro que uma conquista significa imediato grito pela próxima conquista. Nós, às vezes, somos meio ansiosos. É normal. Eu também sou assim. Então, estou comemorando o recorde da chegada de professores e já reclamando que o processo de remanejamento de pessoal tem que ser melhorado urgentemente.

Os meus amigos são todos professores. Eu sou professor, então meus amigos são professores. É normal isso. Você tira os amigos de onde você trabalha. Eu tenho cinco amigos que pediram remanejamento já sabendo as escolas que têm vagas e que querem professores. No entanto ainda não foram para lá. Isso tem que ser agilizado, porque a grande conquista do número de professores nós já temos. Nós precisamos agora nos atentar aos detalhes. Então, faço esse apelo.

Sobre o PDAF, o nosso Secretário não pode passar essa impressão de abandono para o diretor. Eu visitei as escolas. Você sabe, Jacy, que, para eu falar assim... Você sabe disso. Os diretores estão numa angústia! Disseram que é para eles informarem qual é a dívida do ano passado. Eu fui a uma reunião com os diretores do Gama, por exemplo – você estava, não é? –, e os diretores viraram para mim e falaram: “Eu não vou dizer, porque eu estou com medo de dizer qual é a minha dívida do ano passado e o governo exigir que eu me responsabilize porque eu me endividei porque eu quis”. Em outra reunião que eu fiz em Ceilândia, a conclusão dos diretores era: “Olha, para nós é difícil não nos endividarmos para comprar o material de uso cotidiano, porque nós vivemos aqui na escola o dia inteiro, queremos que as coisas funcionem, então nós vamos nos endividando”. Mas nós vamos ter que propor aos nossos colegas diretores que realmente gastem só o que têm. Aí, se a escola parar, parou. Parou. Vai parar. Essa é a situação.

Existem avanços, mas esses detalhes burocráticos precisam da nossa atenção. Essa dívida do ano passado tem que ser reconhecida formalmente. Eu também vou elogiar: é a primeira vez que o recurso do PDAF sai no início do ano. Isso é muito bom, também, não é? Mas nós vamos ter que resolver por completo esse problema. Então, ao mesmo tempo em que eu fico feliz, porque é a primeira vez que o recurso do PDAF sai no primeiro trimestre – é a primeira vez na história, Deputada Arlete Sampaio; nunca antes em Brasília, nunca –, a gente tem essa vitória manchada por um detalhe burocrático que tem que resolver, porque é um detalhe que deixa todo mundo muito angustiado.

Quero me colocar à disposição da Câmara, Deputado Joe Valle. Quando nós propusemos esta comissão geral, a ideia era que daqui nós pudéssemos nos juntar para auxiliar na busca dessa solução. Há muitos colegas professores que ocupam cargos de diretoria que estão sem dormir, que estão muito chateados. São tão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 27

comuns, Secretário Jacy, os casos de diretores que pagam do próprio bolso depois de processos burocráticos absurdos em que eles são acusados de serem maus gestores, e nós precisamos resolver essas coisas. Nós precisamos tratar desse assunto com carinho.

Desburocratizar é importante porque o diretor de escola tem que estar mais preocupado é com o modelo pedagógico que a escola dele vai adotar, com os programas de educação, e hoje o diretor está preocupado com prestação de contas! Que mediocridade! O que é isso? Para mim o diretor tinha que estar debatendo se os métodos dos professores em sala de aula estão funcionando para que os meninos sejam bons cidadãos e passem nos vestibulares e tenham empregos, mas eles estão mais preocupados com papel! Isso tem que mudar! Tem que mudar porque a nossa escola precisa cumprir a sua função, e o diretor é o professor mestre da escola. Ele tem que estar atento à questão pedagógica, é para isso que ele se formou. Ele não se formou para prestar contas, Secretário! O professor de História se formou para pensar História, para ensinar os estudantes a pensar, bem como o professor de Matemática, que vai ensinar nossos estudantes a terem apreço pelas exatas, neste País que precisa de engenheiros. E o diretor está choramingando porque não sabe o que vai fazer com a conta que não é dele, que é do ano passado, que não está bem claro como é que ele vai resolver. Ah! Como é que você pode ser professor assim? Que tempo o diretor tem, Secretário, para entrar na sala de aula e verificar a aula que o professor está dando ali e dar um pitaco: "Professor, você já leu esse livro aqui?" Que tempo ele tem para ler o livro? Para aperfeiçoar a gestão pedagógica? Está muito difícil isso.

Eu reclamo assim porque nós precisamos sentar e dar um tempo, um prazo: em tantos dias nós vamos apresentar a solução para esse assunto doa a quem doer, doa a qualquer parte do governo ou a qualquer interesse ou a qualquer urgência ou a qualquer prioridade. Essa é a prioridade, porque os diretores, que deveriam estar, neste momento, preocupados com a escola, estão preocupados com a dívida do ano passado. Como é que pode?

Então, Secretário, conte com meu apoio, conte com meu elogio, e conte com minha crítica também. Nesse caso eu sou professor, e fica difícil para mim, porque o que eu ouvi nas escolas foi um muro de lamentações de colegas meus que se formaram em Sociologia, Física, Matemática e hoje vivem um inferno na vida deles porque são obrigados a passar o dia inteiro pensando em papelada e em problemas legais que eles não têm como resolver.

Obrigado, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista. Na realidade, o que eu imagino é que desta comissão geral... A Líder do Governo já se comprometeu, e nós vamos, em grupo, buscar uma solução. Nós temos que ser responsáveis também, porque o que os Deputados podem fazer é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 28

que eles estão fazendo. Eles vão reivindicar, eles vão fazer o papel deles aqui, de bloquear uma votação ou outra se essa solução não sair, mas nós não podemos nos arvorar a uma solução que pode não existir. Então, a nossa responsabilidade está no sentido do conhecimento, do conteúdo, no sentido de que, com a gestão democrática, o professor que sai da sala de aula passe a ser um gestor. Ao gestor cabe uma série de ações, cabe uma série de responsabilidades que estão escritas no processo regimental para que ele exerça a função de diretor. O que a gente pode trabalhar é que, quando se busca uma gestão democrática sem o verdadeiro preparo da instituição, cai-se na vala desses problemas que estamos vivendo hoje. Às vezes eu tenho um excelente professor, fazendo o seu grande papel, muito popular, que vira diretor, e nós passamos a perder um excelente professor e ganhar um péssimo diretor porque não tem qualificação e preparo necessários para isso, e às vezes nem perfil, mas é um camarada popular dentro do processo. E aí, eu acredito que seja dentro dessa questão do PDAF, porque quando eu passo a executar um orçamento, eu sou um executor de orçamento. O PDAF é um orçamento claro. Isso pode colocar esse gestor num processo claro de improbidade administrativa, quando não se presta conta, quando não se coloca isso.

Então, a Secretaria precisa preparar esse corpo para que exerça essa função com qualificação, mas mais do que preparar, para que ele possa fazer um bom plano. Para executar o seu plano de ação na escola, ele precisa ter *staff* de gestão. Isso é muito importante. Isso é fundamental.

A gente tem ido às escolas e há professores em várias funções administrativas em vez de estarem nas salas de aula. Aí sim é um erro muito grave, um professor na função administrativa sem estar na sala de aula. O diretor foi eleito, se colocou à disposição da comunidade, na gestão democrática importante, que é um avanço claro para a gente, mas ele também tem as obrigações que ele passa a exercer como gestor dessa escola porque ele gere recursos públicos também.

Houve um erro grave do governo, claro. Eu acredito que aqui está colocado. Eu quero parabenizar o Secretário Jacy e o Secretário Marcelo porque eles falaram que houve um erro. A primeira forma de se resolver um problema é reconhecer que houve um problema. Há o reconhecimento do problema. Essa sugestão de um reconhecimento de dívidas, esse processo agora em que nós podemos ter até o final deste mês uma lógica de solução de orçamento – porque a solução não é discurso, a solução é ter o recurso ou não ter o recurso, porque a dívida está feita. Tem o recurso para fazer a complementação? Os cobradores estão na porta das escolas. O professor está empenhando seu nome... Eu fui visitar uma escola agora de uma diretora e ela me disse: "Eu falei para eles. Eles me conhecem. Eu sou diretora até tal ano. Até lá eu garanto que pago para vocês. Então, por favor, continuem me fornecendo". Mas, não são todos que têm essa capacidade no comércio local de continuar fazendo isso, porque não têm capital de giro, são pequenos comércios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 29

O que nós precisamos é de nos debruçar para que tenhamos uma solução, Secretário Jacy, de verdade. Eu confio na sua pessoa. Tenho tido relacionamento contigo desde a Secretaria de Administração. Sei do seu jeito de fazer as coisas. Sei que és duro, mas justo. Confio que essa solução sairá.

Nós vamos estar lá juntos, como disse o Israel, para ajudar no que for necessário, inclusive colocando emenda. Você sabe que 30% das minhas emendas anualmente, desde 2011, estão na Secretaria de Educação, que, diga-se de passagem, em 2011 e 2012 não executou. Não executou! Os recursos para as quadras cobertas, para melhoria de equipamento escolar, principalmente na área rural, que é uma área com que eu convivo e em que vivo, não foram executados. Um absurdo. Cheguei a falar neste plenário que o secretário que não executa as coisas com o dinheiro tem que ser preso, em corrupção ativa e passiva. Essa é passiva. Falta de gestão. Não gestão, que é um absurdo porque não se tem planejamento de longo prazo.

Eu queria também dizer que temos buscado participar, ajudar – estamos prontos para ajudar – o Plano Distrital de Educação. Isso é fundamental. É um plano que precisa ser claro e de longo prazo. Nós precisamos de planos de longo prazo para o curto prazo da política, porque senão vira tudo política partidária que vira de quatro em quatro anos. Mesmo que haja uma reeleição nessa democracia representativa, mudam-se as alianças e os secretários também mudam. Quando sai um secretário e não se tem plano de longo prazo, muda tudo, ou não muda? Muda tudo.

Nós precisamos, claramente – eu queria colocar isso para o sindicato já e para todos aqueles da sociedade civil organizada –, ter um plano de longo prazo. Esse plano tem que ser o norte de todos os gestores que entram indicados politicamente. Ele pode melhorar o plano, avançá-lo, mas nunca voltar no plano porque este pertence à sociedade. Foi feito pelo coletivo. Eu tenho certeza de que todos juntos têm condições de montar um plano que elevará Brasília à capital que ela precisa ser. Só esse plano de educação pode fazer isso. Nenhum outro plano, plano de transporte urbano, plano de saúde, plano de segurança... Esses planos são importantes e tal, mas se não houver um plano sério, claro e um compromisso claro da comunidade, de todos, com a educação, não muda. Só vai piorar. E tem piorado, os indicadores e os índices têm mostrado isso. Eu tenho todos os dias discursado sobre isso, pois quando se fala em violência nesta cidade eu tenho colocado aqui – Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa. sabe disso – que não adianta, apesar de ser importante a polícia, os carros novos na polícia, armas e tal, mas se não trabalharmos nossos equipamentos escolares, os nossos professores, continuaremos comprando carros de polícia para o resto da vida, como estamos vendo. Todos os governos fazem uma fila de carros de polícia novos ali no Eixão para dizer que compraram. Bacana. E o índice de violência continua aumentando. Vivemos quase uma guerra civil no Distrito Federal. Um território tão pequeno, e com tantas mortes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 30

anuais. O que é isso? Só no Itapuã, que teve de recolocar alunos para o Plano Piloto, mais de mil evasões. Esses meninos de 12, 13, 14 anos estão onde, se não estão estudando? Botam mil policiais, mas só lá foram mil alunos, e no Distrito Federal inteiro? Não há condições. Começando pelo PDAF, Jacy, poderíamos dar esse exemplo de planejamento para que possamos trabalhar com bastante força e com o auxílio desta Casa. Inclusive, o Presidente da Casa de um dos poderes, do Poder Legislativo, o Deputado Wasny de Roure, está comprometido na resolução desse processo, porque está sendo procurado pelas pessoas.

Há aqui seis pessoas para falar. Como o Jacy foi citado em todas as falas, pedirei que ele se coloque em cinco minutos. Depois, eu volto a palavra a ele para fazermos um bate e volta.

Concedo a palavra ao Sr. Jacy Braga.

SR. JACY BRAGA RODRIGUES – Obrigado, acho que precisamos responder a algumas coisas.

Deputado Joe Valle, na verdade, não é uma questão de ser duro, mas de ser sincero, direto. Podem ficar com raiva, mas pelo menos terão a resposta. Não sei trabalhar na gestão e ficar enrolando as pessoas.

Quando fomos procurados pelo Deputado Prof. Israel Batista, pelo Deputado Wasny de Roure, Presidente da Casa, na perspectiva de se organizar, naquele momento, uma audiência pública, e não uma comissão geral, nunca nos recusamos. Poderíamos ter usado a força do governo para impedir que esse debate fosse realizado, com a maioria da Casa, com um pedido a Líder e ao Presidente, que é do nosso partido. Mas não, resolvemos vir aqui enfrentar cara a cara, olho no olho. Das 14 regionais, já fomos a 7 ou 8, estamos fazendo a discussão frente a frente com cada um dos nossos diretores de escola. Não tenho medo de cara feia. Contudo, também tenho a paciência de ouvir uma resposta sincera. Eu disse naquele dia no Centro de Convenções. Começamos a enfrentar esse debate de público no dia da abertura oficial do ano letivo no Centro de Convenções, quando dissemos muito claramente para vocês que, na perspectiva do que temos hoje de orçamento na Secretaria de Educação, não temos como reprisar ou ressuscitar o PDAF 2013, que morreu no ano passado. Agora temos de ter a capacidade, do ponto de vista da gestão, de não abandonarmos ninguém. Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa. colocou esse verbo várias vezes e em várias conjugações, nessa gestão da Secretaria de Educação, liderada pelo professor Marcelo – que não está aqui hoje por estar cumprindo uma agenda do Conselho Nacional dos Secretários de Educação em São Paulo, e por isso estou aqui hoje representando-o – e por mim, não iremos abandoná-las. Iremos tratar e acarinhar individualmente cada uma das escolas com suas dívidas. Por isso, fizemos essa opção, que não é a melhor para o CF 15 lá do Gama, que tinha R\$ 37 mil em caixa e recebeu zero na primeira, R\$ 2 mil na segunda e, se não me engano, R\$ 20 mil na terceira; mas irá, na soma, ficar com R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 31

60 mil. Tivemos de fazer uma opção, como eu disse anteriormente, administrativa, não havia como não fazê-la. Tínhamos toda uma situação degringolada baseada no PDAF e precisávamos achar opções, do ponto de vista da gestão, para podermos ajudar o conjunto das escolas. As escolas, que como vocês, tinham o dinheiro programado para pagar os monitores, vamos buscá-las num segundo momento para rediscutirmos. Estamos fazendo uma compensação e faremos uma recompensação quando tivermos a liberação da segunda cota de 30 milhões, mas neste momento eu tinha escola com dinheiro em caixa. Eu poderia usar dessa situação para ajudar aquelas que estavam em absoluta dificuldade, em insolvência. Havia escolas em absoluta insolvência. A opção nossa foi de gestão.

Não há falta de planejamento na gestão do Marcelo com o Jacy. O que existe é falta de recurso financeiro neste momento. Planejamento nós temos. Viu, Jairo? Você colocou isso. Planejamento nós temos. Nós sabemos e defendemos que um PDAF de 60 milhões de reais por ano é mais do que suficiente para aquilo que imaginamos que as escolas devam fazer. Está me lembrando o Deputado Prof. Israel Batista de que isso é três vezes a média que existia.

Se vocês querem sinceridade, a portaria de abril do ano passado foi uma viagem. Ela não tem condições de ser feita. Não existe condição de colocar 104 milhões de reais de PDAF nas escolas. Hoje não existe, não vai existir, e nós não colocaremos.

Eu queria responder à Deputada Eliana Pedrosa, parece que ela já não está. A primeira coisa é que eu não gosto de ficar puxando louros para mim nem para as gestões, mas está aqui o Erichson, que foi meu assessor e hoje é assessor da Deputada Eliana Pedrosa. Ele sabe muito bem que o PDAF tem esse nome, mas em 1995, 1996, já fazíamos a descentralização de recursos. PDAF é o nome que se deu agora. Lá nós tínhamos dinheiro direto na escola. Depois servimos de exemplo para o Ministério da Educação, naquela época, para criar o PDDE Nacional – Programa Dinheiro Direto na Escola. De dinheiro na escola nós entendemos, sabemos e já praticávamos há muito tempo.

Eu sou contra terem trazido de volta as contas de água, luz e telefone. Eu quero as contas de água, luz e telefone na escola para que ela administre, para que ela possa inclusive economizar. O Erichson me ajudou bastante fazendo o estudo disso, a proposta nasceu muito da ideia dele naquele momento. A realidade que víamos naquela época – não tínhamos celular para filmar, senão traríamos – era que na escola tal, o ladrão da caixa d'água estava jogando água fora há uma semana. O diretor não estava nem aí, pois não era ele que pagava a conta de água, era centralizado. Eu acho que isso tem que voltar. Naquela época, houve um milhão de reais por mês de economia em água. O Erichson nos ajudou bastante naquele momento quanto a essa descentralização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 32

Em relação ao PDAF, o que imaginamos? Aí, Srs. Deputados, toda contribuição será muito bem-vinda neste debate. Nós queremos debater com as propostas de vocês, mas queremos debater com quem está colocando a mão na massa na execução do PDAF, que são os gestores das escolas. Queremos a contribuição deles. Essa portaria não teve a participação efetiva de nossa base. Foi feita no meu governo, foi feita por secretários do meu partido, mas não teve a participação da base. Queremos que a base participe do ponto de vista da elaboração de como deve ser o PDAF.

Desburocratizar não é tão fácil assim, Deputado Prof. Israel Batista. Tem que prestar conta, o dinheiro é público. Ele não pode gastar do jeito que quiser. Ele se candidatou à gestão da escola sabendo que, na gestão da escola, ele tem as responsabilidades pedagógicas – que podem ser divididas com o coordenador pedagógico, com o supervisor pedagógico – e as responsabilidades de caráter administrativo. Para isso, ele pode até ter o supervisor administrativo para dividir essas responsabilidades. É um conjunto de responsabilidades. Quando você se candidata a ser daquela equipe gestora, você está assumindo aquilo. Está dito na lei de gestão democrática tudo que é responsabilidade das equipes gestoras. Podemos desburocratizar, eu acho que é importante.

É nessa perspectiva que podemos trabalhar com o novo PDAF: o PDAF 2.0. Vamos lá, vamos trabalhar na perspectiva de renová-lo. O que nós estamos imaginando? Não está fechado ainda, mas temos dito nas regionais e temos tido boa receptividade por parte dos diretores de metade da rede, que praticamente visitamos depois da abertura do ano letivo. O cálculo direto significa que teremos um montante para a escola. Não determinamos mais para que é o dinheiro.

Aí, Guilherme, acabam aqueles 2 mil reais para a sala de não sei o que; 1.500 reais para o orientador. A escola recebe um montante, ela tem direito a um montante. Precisamos saber qual a base do cálculo desse montante. A base é somente o número de alunos? Sala inclusiva tem algum percentual? Não tem? Aí temos que trabalhar quais são as variáveis. A escola recebe um montante e, na liberdade democrática, na liberdade da gestão democrática, ela anda junto com o seu conselho escolar, com seus professores, com a comunidade escolar.

Há escola que não envolve a comunidade. Ela programa na sala do diretor e diz como vai ser gasto. Não! Vai ter que ser obrigatoriamente aprovado pelo conselho escolar, por uma assembleia escolar o que eles querem fazer com aquele dinheiro. Aí entra o que está colocando o Deputado Joe Valle. A gente tem que ter data certa, tem que ter limite, tem que ter data certa para repassar o dinheiro.

É verdade, as pessoas se programam. Como gestor, eu pego o meu QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa – e programo como vou organizar a Secretaria de Educação do ponto de vista do meu gasto. Aqui está dito pelo governo o que a gente tem, o que está disponível, o que está bloqueado, o que eu posso gastar, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 33

que eu não posso gastar, onde eu posso gastar, de que forma, qual a fonte de pagamento. Com base nisso, eu me programo enquanto gestor.

A mesma coisa tem que funcionar para nossas escolas. Quando se diz que a escola vai receber 150 mil reais, eu tenho que ter garantia de que os 150 mil reais vão chegar ali na escola, porque o diretor vai falar: eu vou gastar 10 mil na pintura, 5 mil arrumando o portão, 3 mil para contratar jovem educador, com 2 mil vou fazer isso, vou fazer aquilo. O dinheiro tem que chegar para ele gastar. Então, eu acho que isso tem que estar como obrigatoriedade na lei. Eu não sei de que forma ainda, essa é uma discussão que a gente precisa fazer.

Tem que limitar a reprogramação, não pode ficar esse negócio. Há escola com três anos de reprogramação – e reprogramação alta. Há escola reprogramando 100 mil reais há três anos. Essa escola não está precisando de dinheiro, ou não está sabendo gastar, ou está precisando de ajuda da gestão central na perspectiva de como ela pode aplicar, como ela pode gastar esse dinheiro.

Eu queria já atender ao pedido da Deputada Eliana Pedrosa, que infelizmente não está aqui. Nós realmente nos conhecemos há bastante tempo. Já estivemos juntos, agora estamos em campos quase opostos – parece que desta vez vamos ficar em campos opostos mesmo, porque ela vai ser candidata. Eu queria entregar para a Deputada Eliana Pedrosa – preciso que se faça uma cópia – e entregar à Casa a relação do saldo de cada uma das escolas, saldo de capital e de custeio no dia 31/12/2013. Aqui está – eu posso mandar depois eletronicamente – a realidade do que eu falei. Cinquenta por cento das escolas tinham mais de 20 mil reais e 50% tinham entre 20 mil reais e 350 mil reais. Estão todos os números aqui.

Os companheiros do CEF 15 estavam com um cartaz ali. É isso, a gente divulgou e publicou para que cada escola soubesse como vai ser feito o recurso, essa compensação. Companheiros do CEF 15, isso serve para vocês e também para as outras escolas, na liberação do segundo lote de 30 milhões. Vamos chamá-los para rediscutir, porque foi meio assim, uma política de Hollywood. De Hollywood, não; de Robin Wood: tirar de quem tinha recurso nesse momento, para poder pagar a quem não tinha. No segundo momento, vamos devolver para essas escolas o que nós compensamos. É isso que faremos. Infelizmente, eu não tenho todo o montante agora para disponibilizar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Sr. Jacy. Logo em seguida, se houver mais alguma colocação, retornarei a palavra ao senhor.

Concedo a palavra à Sra. Vera Lúcia, diretora da Escola Classe 413 Sul, no Plano Piloto, a primeira inscrita. Vou pedir que faça uso do tempo regimental, para todos poderem falar.

SRA. VERA LÚCIA RIBEIRO – Boa tarde a todos. Meu nome é Vera, eu sou diretora da Escola Classe 413 Sul, da Regional do Plano Piloto e Cruzeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 34

Como diretora, estou sentindo falta aqui – toda hora citam: “os diretores passaram por isso, por aquilo, nessa situação do PDAF” – da representação de diretores. Lamento a pouca presença dos diretores, já que são seiscentas e tantas escolas, e esse assunto cabe a todas.

Eu vou falar um pouco do que eu conheço, do que vi e vivencio sobre o PDAF. Um dos principais pontos que eu gostaria de colocar aqui não foi só a questão de a gente estar devendo ao comércio em si. A principal dívida, para mim, foi moral, porque para solicitar o PDAF de 2013, eu tive que convocar a comunidade para uma assembleia e passar isso que o Jacy está dizendo aqui, que foi uma viagem, mas para nós, foi passado como se fosse uma realidade. Nós tivemos que abrir isso para a comunidade, que ficou esperando. No caso da minha escola, que é do PROEIT – Projeto Piloto de Educação integral, integral de 10 horas, a verba era de R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais), e dessa verba não saiu nenhum real durante o ano de 2013.

Essa dívida moral foi cobrada de nós, diretores de escolas, porque nós colocamos para essa comunidade que esse dinheiro viria. Isso, politicamente, é um grande tiro no pé, me desculpem a expressão. A situação que fica para nós é que durante todo o período, a única coisa que nós tivemos durante 2013 foi ter que aguentar os olhares da comunidade como se nós estivéssemos desviando dinheiro público, porque a responsabilidade, como foi dito aqui pelo Deputado Joe Valle e pelo Jacy, é prestar contas.

Quando a gente assume direção de escola, a gente sabe que está gerindo também a questão administrativa. Pelo menos no meu caso, eu não neguei essa responsabilidade, mas eu também não sabia que estava passando uma viagem para os outros, para toda a minha comunidade, de que 151 mil não iam aparecer. Foi pedido até que a comunidade fizesse o levantamento das necessidades, para dizerem em que eles gostariam que fosse investido o dinheiro. Sinceramente, hoje, por mais morto que esteja o PDAF 2013, nada vai cobrir a questão moral que nós, diretores de escolas, passamos, a vergonha que nós passamos, não só de pedir ao comércio que nos vendesse fiado, mas principalmente de a gente passar por uma situação constrangedora junto à comunidade e ninguém aparecer para dizer: “Olha, a escola, de fato, não recebeu. Ninguém aqui está desviando recursos”. Nós tivemos que fazer mural com o extrato bancário mensal. Isso foi o que nos ajudou, essa transparência do processo, pelo menos do processo dentro da escola, para que a gente não fosse tido como corrupto, não só no sentido administrativo, mas principalmente, no sentido financeiro.

O outro ponto que eu gostaria de colocar é em relação ao abandono. Se há algum diretor que não está se sentindo abandonado, levanta a mão, por favor, porque eu não conheço nenhuma situação em que não há abandono. Não é só abandono financeiro. É um abandono pedagógico. Cada escola está fazendo as coisas da forma como quer. Muitas vezes, a gente faz as reuniões, mas está faltando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 35

sim, está faltando direcionamento da Secretaria de Educação para dizer: vamos agir dessa forma.

Eu vou pedir apenas um minutinho a mais, porque eu ouvi todo mundo. O diretor é a parte mais afetada dessa situação, assim como os alunos que estão na escola, os profissionais: servidores e professores. A única questão que eu quero colocar a mais é a necessidade de ouvir os gestores.

Foi dito aqui que já iniciaram as plenárias, como foi falado na abertura do ano letivo. Nós já estamos no quarto ano do atual governo distrital, e agora é que os gestores de escolas vão começar a ser ouvidos. Nós passamos muito tempo tentando ter acesso à Secretaria sem conseguir esse acesso. Eu espero que isso realmente aconteça, porque a nossa situação não se resume a problemas com o PDAF. Há muitos pontos que precisam ser tratados junto às escolas. Diretor de escola hoje é um cargo desvalorizado em todos os sentidos. Não é à toa que hoje é um cargo eletivo que não tem uma fila de candidatos na porta querendo se inscrever, não. Diretor de escola precisa ser ouvido, precisa ser respeitado. É preciso lembrar que ele, como representante de governo, é a ponta dentro das suas instituições.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vera, aqui na Câmara, diretor de escola é muito valorizado. Você tem voz e vez na hora em que você quiser. Está certo? Sempre que precisar. Esta Casa tem o maior respeito por vocês.

Realmente ficamos muito tristes. Já falamos muito sobre ter um gestor que tenha feito esse tipo de coisa em um governo progressista democrático popular, mas eu acho que há tempo e tenho certeza absoluta de que o Marcelo e o Jacy estão muito empenhados em resolver esse problema. As coisas vão ser resolvidas.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. William Oliveira, presidente da UMES – Gama.

SR. WILLIAM OLIVEIRA – Boa tarde. O meu nome é William. Sou o atual presidente do Grêmio do Centro de Ensino Médio nº 2 do Gama. Também sou presidente da UMES – Gama.

A gente vê que não é prioridade do governo investir em educação. A gente vê com um calote histórico do PDAF. Pelo menos na minha escola, o governo prometeu uma verba superior para as escolas que aderissem à semestralidade. Os diretores comprovaram, defenderam com unhas e dentes o projeto. O que aconteceu? O governo reprogramou essa verba. A verba na minha escola diminuiu em 200 mil reais, e os diretores que fizeram as suas propostas ficaram de mentirosos, desmoralizados diante de toda a escola, porque prometeram e não cumpriram.

A gente vê que a semestralidade foi um projeto implantado de forma totalmente ditatorial, porque não houve um diálogo com os estudantes e com os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 36

professores. Apenas chegaram e falaram: está aqui a semestralidade. A discussão que houve foi muito pouca.

A gente vê que a semestralidade é simplesmente um projeto fajuto, para tentar maquiar os índices de reprovação no Distrito Federal. A gente vê que uma educação melhor se conquista com mais investimento, com mais verbas. A gente não conquista uma educação melhor simplesmente mudando um currículo. A gente conquista uma educação melhor investindo realmente em educação.

A gente luta lá no Gama por cobertura de quadras. O Governo Agnelo se elegeu com votos de trabalhadores, de estudantes. Ele prometeu cobertura de quadra nas nossas escolas. A gente, todo ano, faz três, quatro, cinco, dez manifestações no Gama em prol das nossas quadras cobertas. Porque as nossas quadras não são cobertas, há alunos que desmaiam quando faz muito calor e, no tempo de chuva, as nossas quadras viram um verdadeiro lamaçal, e a gente não conquista nada. A gente vê que é uma burocracia inteira.

O José Antônio, que está aqui, fala para a gente: “A gente está tentando na Terracap uma coisa, outra coisa...” E nunca saem essas coberturas de quadra, mas para um “elefante branco”, aqui do lado, o Mané Garricha, a gente viu que ele foi construído em menos de um ano, mas é uma burocracia toda para cobrir uma quadra na nossa escola. A gente vê uma verdadeira contradição nisso aí.

Eu queria falar olhando na cara do Secretário: Secretário, camarada, você não está no cotidiano das nossas escolas. Você não sabe o que é um professor não terminar um cálculo de matemática para economizar tinta de pincel, porque não tem verba para comprar tinta na nossa escola!

Eu queria falar também para você, Sr. Secretário: você vai ter que tirar essa verba de algum lugar, porque os estudantes vão bater na sua porta cobrando. A gente foi lá na Regional de Ensino do Gama com cerca de 700 estudantes. Fomos pressionar o José Antônio, mas ele não deu uma resposta concreta. O nosso próximo ato será no Buriti. Vamos cobrar de você uma resposta concreta. Não dá para continuar o nosso ano letivo sem verba para folha, sem verba para tinta. Não dá para continuar o nosso ano letivo desse jeito.

Eu gostaria de puxar uma palavra de ordem com os meus camaradas: Agnelo, caloteiro, repassa o meu dinheiro! Agnelo, caloteiro, repassa o meu dinheiro!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Passo a palavra ao José Willyan, representante do CEM 2, do Gama.

SR. JOSÉ WILLYAM MENDES DE SOUSA – Bom, pessoal, primeiramente boa tarde a todos. O Meu nome é José Willyan. Eu sou o atual vice-presidente do Grêmio do CEM 2. Eu quero cumprimentar todos aqui da bancada, os estudantes que vieram.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 37

Pessoal, as minhas palavras são quase as mesmas do companheiro aqui, porque o ano letivo começou e não havia dinheiro para as escolas fazerem nada. A falta de estrutura que as nossas escolas, principalmente as do Gama têm, são absurdas. São escolas que não têm cadeiras descentes, não têm mesas, não têm quadros. Como ele falou, o professor economiza tinta ao escrever a matéria no quadro, porque, de fato, não há dinheiro, o dinheiro do PDAF, pessoal. Isso é muito prejudicial.

Nós não somos o país da Copa? Mas que país é esse que não investe na educação? Que país é esse que só pensa em Copa do Mundo? Está na hora de nós pensarmos mais na nossa educação.

O secretário jogou a culpa nos diretores por má gestão. Eu não acho que isso seja um problema da conta lá. O senhor falou dos gastos e mais. É um absurdo falar para a escola regravar algo. Nós pagamos vários impostos, pessoal, e a educação tem de ser, de fato, repassada para nós estudantes.

As salas de aula não são pintadas. As salas não têm ventiladores para nós. Fica muito difícil para a gente, principalmente para os alunos do vespertino, como eu, concentrar-se e entender o conteúdo, devido ao calor, pessoal.

Então, está na hora de a gente pensar e tirar esses projetos e, de fato, repassar o nosso dinheiro do PDAF. A minha escola era para receber mais de R\$400.000,00, e, desse valor, o governo disse que iria repassar R\$75.000,00, em três parcelas de R\$25.000,00.

Isso é um absurdo, uma afronta a nós estudantes, aos professores e aos diretores de escola, porque é complicado gerir uma escola sem dinheiro e que precisa de investimentos, precisa ser ampliada devido às necessidades dos alunos.

Eu também queria falar da falta dos professores. O ano letivo começou, e, na minha escola, faltavam quase trinta professores de todos os turnos. Às vezes, nós chegávamos à escola, e não tinha aula, pessoal. Isso é muito prejudicial.

Também nós queremos o dinheiro da semestralidade, porque foram prometidos mundos e fundos se as escolas aderissem a essa semestralidade. Mas nós não queremos esse currículo em movimento que quer, de fato, mascarar os índices, quer mostrar que, de fato, a educação melhorou. E a educação, de fato, não melhorou.

Eu queria pedir aos companheiros que me ajudassem na palavra de ordem: "Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu. Aqui está presente o movimento estudantil." "Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu. Aqui está presente o movimento estudantil".

Obrigado a todos, pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 38

Eu concedo a palavra à professora Joselma Ramos, Diretora do Elefante Branco.

SRA. JOSELMA RAMOS MOUTA – Primeiro, eu queria agradecer aos Deputados que estão promovendo essa sessão; ao Sinpro, que nos atendeu no encontro que nós fizemos lá no próprio Sinpro; e, principalmente, o Deputado Prof. Israel Batista, que já foi nosso paraninfo na escola.

Eu queria dizer a todos os presentes que eu acredito mesmo que o que avançou, a gente tem que considerar. Eu queria fazer um agradecimento à regional do Plano Piloto, que tanto nos ajudou nessa questão do PDAF de 2013, que não foi pago, como também na questão da lotação de professores. O Elefante Branco é enorme, tem 48 turmas, e, no momento, só um professor está faltando. Então, temos de reconhecer esse avanço. Como foi falado pelo próprio Subsecretário Jacy Braga sobre Hollywood, noutro dia, eu li que é impossível fazer um bom filme se não houver um bom investimento, bons atores e um bom roteiro. Se qualquer um desses desníveis acontecer, você não consegue um bom produto.

O que aconteceu? Eu lamento que o Governo do Distrito Federal, como foi dito, tenha feito um excelente investimento na contratação de professores e esse investimento tenha ficado obscurecido por uma questão fundamental como esta chamada PDAF. Então, peço ao subsecretário que está aqui e a todos os Deputados que tomem cuidado, porque nós já entendemos que a educação é uma engrenagem.

Vejo isso na gestão na minha escola. Estávamos cuidando da escola, trabalhando o pedagógico, e havia reclamação da comunidade. Eu queria saber por que a comunidade estava reclamando. Era um ponto só, chamava-se secretaria. Havia uma pessoa na minha secretaria que não atendia bem. Só isso. Não adiantou todo o meu trabalho pedagógico, não adiantaram as minhas reuniões com o grêmio estudantil e com conselho escolar. Um ponto! Então, isso é um aprendizado para nós na educação. É uma engrenagem que tem de funcionar em todos os pontos. E o PDAF infelizmente obscureceu pontos positivos que surgiram nesta gestão.

Eu gostaria de comentar sobre um ponto que não foi abordado no PDAF. Ele é um fiscalizador do governo. Eu não sei – eu sou gestora há apenas um ano – se todos os órgãos do Governo do Distrito Federal, em suas compras, precisam apresentar cinco certidões. Se nós, em cada compra que fazemos, precisamos cobrar dos nossos fornecedores cinco certidões, nós, gestores, somos fiscalizadores indiretos do Governo do Distrito Federal. Não ter o PDAF é o governo perder também impostos, perder orçamento, porque são mais de seiscentas escolas que compram de empresas que têm de apresentar cinco certidões. Se a empresa tiver um déficit, não podemos comprar. Por isso, nós nos endividamos, porque sabemos que são empresas confiáveis. Eu não tenho, na W3 Sul, como comprar com qualquer um. Eu até compro superfaturado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 39

Vou encerrar com algo que não tem nada a ver. Subsecretário Jacy, a reforma do Elefante Branco tem de sair. São 52 anos sem reforma. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, diretora. Como o Deputado Wasny de Roure, Presidente desta Casa, acaba de retornar, passo a palavra a S.Exa. para que encerre esta sessão.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Já estou de volta. Deu tempo para assinar o convênio. Foi uma bela cerimônia, que valoriza muito a instituição. Agora podemos publicar as leis, como a escolha democrática dos diretores das escolas, podemos fazer mais difusão daquilo que é apreciado nesta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Cleber Ribeiro Soares, Diretor do Sinpro.

SR. CLEBER RIBEIRO SOARES – Boa tarde, companheiras, companheiros, alunos presentes.

Eu venho aqui para falar, mais uma vez, sobre essa situação da educação, mas é algo que cansa. Qual é o grande problema? A educação, com bem disse o meu camarada Jairinho, não é prioridade. Lembro que, em 1999, quando foi instituída nas escolas a jornada ampliada, um dos debates que fazíamos é que as escolas deviam ter, no mínimo, estrutura para ter cinco horas/aula. Simplesmente ampliou-se e deixou-se do jeito que estava, com os recursos que haviam. Quando inventaram de fazer projetos, como o Ciência em Foco, abarrotaram as salas de aula de materiais sem pensar na redução da quantidade de alunos, que é uma reivindicação antiga da nossa categoria. Agora, o governo propõe a ampliação para a educação integral. O problema é que faltam condições para isso. Então, há um problema que não é desse e não é só dos outros governos, é um problema de todos os governos: não priorizar a educação pública. O que estamos discutindo aqui é simplesmente que educação não é prioridade. O problema é esse. O problema é que não nos adianta ficar aqui, horas e horas, discutindo por que as verbas não chegaram às escolas. Precisamos é ver como elas vão chegar às escolas. Precisamos saber como vai se resolver isso. E mais, não é precisar saber, é dizer: “Olha, segunda-feira, lá no CF 15 do Gama, as aulas vão funcionar normalmente.” É isso. As escolas que hoje estão endividadadas vão ter a solução. Elas vão ter o recurso e as dívidas... E aí, Jacy, se houve erro de gestão, tem que se punir, cara! Mas não se pode punir o aluno, o professor, a escola pública! Isso, não dá.

O que queremos, efetivamente, é que desta Comissão Geral saia um apontamento que resolva essa situação e que possamos estar aqui outra vez, discutindo, avançando no que se refere à qualidade da educação, porque não dá para brincar de fazer educação. “Ora, a gente fez isso, a gente fez aquilo.” Não! a gente precisa de recurso para a educação, de recursos materiais, de estrutura física,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 40

de lanche de melhor qualidade, de professor, de servidor, de monitor, de estrutura para a educação.

Só para concluir, companheiros e companheiras, o que precisamos é que a educação deixe de ser projeto de governo e seja projeto de Estado. O Sinpro entende que é importante a educação integral, entende que são importantes os monitores, que são importantes as cinco horas de aula – por isso lutamos por elas –, mas entende que tudo isso é importante com estrutura. E não estamos aqui para ficar fazendo papel para um ou para outro, para esse ou para aquele político. Não importa. O que queremos é que a educação seja valorizada. Não vamos jogar pedra nesse ou naquele governo, mas também não podemos desconsiderar. Nós avançamos neste governo, avançamos nos governos anteriores, mas os avanços são fruto da luta da categoria unida, são fruto da luta dos professores e professoras, orientadores e orientadoras.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Cleber.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Lucas, representante do CEM nº 1 do Gama.

SR. MARCELO LUCAS SANTOS ALBERNAZ – Muito boa tarde a todos. Queria agradecer ao Presidente a oportunidade que nos concedeu a nós, representantes do CG do Gama.

Eu queria falar a respeito de não quisermos mais palavras e promessas. Já assuntamos o que está acontecendo hoje e o que aconteceu ontem. E já assuntamos o que pode acontecer amanhã e o que vai acontecer amanhã. Não quisermos mais palavras, queremos ações em vez de simples palavras. Não precisamos mais de um debate que diga o que já ouvimos todos os dias, tanto no jornal, como dos nossos pais e dos nossos professores. Precisamos de atitude mesmo.

Quero alertar os que estão comandando tudo isso sobre o valor, sobre valorizar a transparência e a imagem do cargo que vocês têm, cada um, cada um que está aqui. Sou representante de turma e dou valor a cada um dos meus colegas. Valorizo cada um deles e, principalmente, dou exemplo. Quero convocar cada um que está aqui a dar exemplo.

Eu queria terminar o meu discurso – quero ser bem breve –, em nome de todos os estudantes que estão ali em cima, de nosso presidente e de todos os estudantes do Distrito Federal e da República Federativa do Brasil, declarando que, enquanto não houver progresso lá, não vai haver ordem aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Marcelo. Parabéns!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 41

Concedo a palavra à Sra. Ágatha Lorrany, representante do CEM nº 1 do Gama.

SRA. ÁGATHA LORRANY GOMES REIS – O meu nome é Ágatha. Estudo no CG e faço parte do Grêmio Umesb e da Umes – Gama.

Lá, nós, estudantes, percebemos que o descaso do governo é muito grande, porque em nossa escola vemos o esforço que é feito por parte da direção para dar continuidade ao ano letivo, sendo que não há suporte nenhum do governo.

Lá, somos conhecidos por sermos uma escola de inclusão. Temos alunos com deficiência auditiva. Inclusive, neste ano recebemos um aluno com deficiência visual. Mas que suporte temos para oferecer a ele? Nenhum! Ele fica na sala de aula olhando para os lados, porque os professores não têm recursos para ajudá-lo, apesar de se esforçarem.

Não há um interprete para os DAs. A intérprete que há, às vezes, tem de se dividir entre as duas turmas, e isso acaba atrapalhando.

Temos quatro quadras lá no CG que foram apelidadas carinhosamente, pelos alunos, de quadras-zumbis, porque são terríveis. Dessas quatro quadras, usamos uma, que tem um buraco. No ano passado, durante um torneio organizado pela escola, uma aluna caiu nesse buraco e quebrou o pé. Somente isso.

O governo investe trezentos bilhões em um túnel para ligar o Estádio ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, mas não repassa o PDAF, que é uma verba essencial, porque sem educação não há progresso.

As dívidas de 2013 ainda estão aí. O ano acabou e o PDAF de 2013 sumiu. Queremos saber aonde foi parar o PDAF de 2013, porque as dívidas das escolas não acabaram junto com o ano de 2013. O ano letivo se foi, mas e as dívidas? Estão aí! Queremos uma resposta do governo. A gente vê o esforço da direção e dos professores para darem aula. Tem professor trazendo material de casa, porque as escolas não têm papel.

A gente queria cobrar a posição do governo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Ágatha.

Concluídas as intervenções, vamos encaminhar para o encerramento. Farei uma proposta de encaminhamento na sua conclusão. Já estou consultando aqui o Deputado Prof. Israel Batista e o Deputado Joe Valle se há a aquiescência por parte de S.Exas.

Enquanto isso, vamos dar início às últimas palavras. Vou pedir o máximo de objetividade. O Guilherme me pediu três minutos, mas vou pedir um pouco de... Dê um desconto aí, Guilherme, senão os seus colegas ficarão bravos comigo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 42

Vou conceder dois minutos ao Jacy Braga e dois minutos ao Guilherme – depois vocês me cobrem –, bem como para o Adão, para o Jaime e para o Caio, que está aqui, conosco.

Concedo a palavra ao Sr. Jacy.

SR. JACY BRAGA RODRIGUES – Acho que não vamos conseguir responder tudo. Quanto à questão da cobertura das quadras, tenho que contar uma história – não é simples assim. Quanto à questão da alimentação escolar, não é verdade que há leite com biscoito.

Se há leite com biscoito, tome a relação, Guilherme, do que foi entregue na sua escola e cobre da direção. O que temos é problema com algumas escolas que não têm cozinha. Na sua escola, são 1.330 alunos, e temos de fazer, até que tenhamos a cozinha, um lanche rápido. Infelizmente, é dessa forma. Mas não entregamos leite com biscoito lá, não. Inclusive, há bastante variedade.

Ao final das contas, o que podemos dizer, Deputado Wasny de Roure, em relação ao PDAF de 2013 é que, além de fazemos a discussão individual das escolas, das suas dívidas, a proposta da Câmara Legislativa que vier para nos ajudar a resolver esse problema será muito bem vindo.

Hoje, temos um orçamento de 60 milhões. De 104 milhões, tirando os 24 milhões, 80 milhões de diferença daquilo não cabe nos 60 milhões que temos de programação para este ano.

Tudo aquilo que vier de proposta e de encaminhamento por parte da Câmara vamos com certeza encaminhar. Com certeza seremos parceiros na construção de uma alternativa, de uma solução para isso.

Eu queria responder às duas diretoras. Os nossos alunos, eu os achei excelentes. É muito bom que participem, é muito bom que falem, é muito bom que se coloquem. Vou levar todas as questões em consideração, principalmente a do William, que fez questão de me olhar olho no olho. Com certeza, aquelas questões, a gente vai ter... William, com certeza o olho no olho valeu a pena. Eu gosto disso. Eu gosto de falar olho no olho.

Agora, eu gostaria de falar para as diretoras. Primeiro sobre o Elefante Branco. O Elefante Branco está nas obras emblemáticas do governo. Faremos a recuperação das grandes escolas de Brasília, das escolas que fizeram e que estão no início da história da educação do Distrito Federal. Estaremos recuperando o Elefante Branco. Estamos na fase de conclusão. Nós temos um problema com as escolas emblemáticas, porque algumas delas são tombadas e têm problemas arquitetônicos que precisamos contornar. Nós concluímos o projeto da Escola Normal, Deputado Wasny de Roure, já estão disponíveis cerca de 15 milhões de reais para a reforma completa. Vamos partir agora para o Elefante Branco, para o Caseb, para a escola da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 43

308, para o EIT, para o Ceab, para essas escolas que são emblemáticas na história do Distrito Federal.

Para a diretora da 413: não é verdade que a gente não tenha cuidado de vocês. Não é verdade porque você tinha dívidas e a Regional de Ensino te procurou e pagou tua dívida com o Jovem Educador na perspectiva de não abandonar a escola. Isso para que a gente faça o resgate. Eu acho que você tem razão naquilo que você coloca de que a gente tem de estar preocupado e não abandonar as direções, mas você também tem de fazer justiça naquilo que você foi ajudada pela Regional de Ensino por orientação desta gestão. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Guilherme, por gentileza, seja um pouco compreensivo, são dois minutos.

SR. GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS – Seria falta de ética da minha parte falar só do PDAF nesta audiência. São tantos os problemas nas escolas do DF, que eu não posso chegar aqui e falar só sobre o PDAF. O grêmio foi eleito para tratar de todos os problemas, e a gente vai fazer isso sempre.

A Ágatha falou uma coisa e a Deputada Eliana Pedrosa também falou em relação à inclusão social. Como poder haver uma escola inclusiva sem condições de ser uma escola inclusiva, uma escola onde não há intérprete suficiente, onde não há rampa para cadeirante? O CG foi ter rampa em 2012 porque os alunos fizeram uma gincana. Cinquenta anos de escola para se ter uma rampa para cadeirante! Isso é um absurdo! Pergunto: será que é possível uma escola dessas fazer inclusão social?

Quero saudar o William, Presidente da Umes, um abraço forte. A Umes sempre vai lutar, ressaltamos isso. Saudamos também o pessoal do CEF 15 que levantou cartazes perguntando onde está a verba e onde estão os professores. É um absurdo haver escolas de ensino médio e fundamental com um *déficit* de professores como esse.

No CEM 2, eu já falei e vou repetir: faltam vinte professores. Isso é um absurdo! Uma escola de ensino médio... Falta sim, Sr. José Antônio, o senhor vai me desculpar, mas falta, sim. Os alunos sabem o que estão passando na escola.

Deputado Prof. Israel Batista, o diretor fez dívida porque ele viu que era necessário fazer dívida. O diretor não está lá para brincar, ele está fazendo o seu papel como deveria, fez dívida para que a escola funcionasse. É um absurdo quando falam que diretor tem de gastar o que tem em caixa. Se eu fosse diretor, eu faria o que fosse preciso para a escola funcionar. Os diretores que estão fazendo isso estão de parabéns. Façam dívidas mesmo, coloquem a escola para funcionar. Vocês estão com alunos, é o futuro do País que está em jogo.

Se for necessário, derrubem essa burocracia que só atrasa o ensino público do DF. Derrubem! Se há professores na escala, botem em sala de aula para dar aula! Se está faltando professores, está faltando conteúdo. O PAS, o Enem e o vestibular



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 44

vão chegar e não haverá condições de se fazer prova porque não há professor em sala de aula, sendo que no banco há professores. Então coloquem o professor para funcionar, sim.

Deputado Prof. Israel, é necessário, sim, haver prestação de contas, pois com transparência a escola vai funcionar. A professora Míriam, que estava conosco, fez uma colocação muito válida. Ela disse: "Guilherme, olha só esse órgão público, que bonito, que boa estrutura, enquanto as escolas, também públicas, que também vivem dos impostos, estão lá sucateadas, sem coberturas nas quadras."

Quero agradecer ao Deputado Wasny de Roure, ao Deputado Joe Valle, ao Caio, ao Jacy e deixar bem claro também que a luta não vai parar. Enquanto eu for estudante, enquanto eu for militante, a luta não vai parar. A juventude do Gama vai expandir a luta para o DF inteiro, porque a juventude unida vai conseguir melhorias.

Obrigado ao Plenário pela oportunidade.

Queremos voltar aqui para debater outras emendas e melhorias para a educação.

Muito obrigado e boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado Guilherme.

Concedo a palavra ao Jairo para as suas considerações.

SR. JAIRO MENDONÇA – Eu acho que esse exercício aqui foi bastante interessante. Eu queria, primeiramente, agradecer a sensibilidade do Presidente da Casa, Deputado Wasny, que acolheu a nossa solicitação. Eu acho que daqui devem sair algumas proposições e já foram apontadas algumas como o reconhecimento da dívida.

Já que estamos no Legislativo, Jacy, eu acho que o Poder Executivo não tem como se eximir dessa questão, ele tem que começar, realmente, reconhecendo a dívida. Eu acho que esse é o primeiro passo. A gente entende o problema, o arrocho, a falta de orçamento, a pisada na bola que o secretário deu ao publicar, mas agora isso é um fato e a gente não tem como abrir mão dessa questão. Já está na ordem do dia, já está na pauta da campanha salarial da categoria no Sinpro e acho que o primeiro caminho é esse.

Foi citado aqui rapidamente a questão da construção do Plano Distrital de Educação. Eu quero dizer que o Sinpro participa ativamente dessa construção. Nós estamos dentro do fórum distrital de educação, nós estamos dentro da comissão técnica, fazendo os estudos, fazendo os debates. Kléber, esse é o caminho, temos que transformar e colocar a educação como uma política permanente de Estado, com metas a cumprir, com a Lei de Responsabilidade Educacional, para que os gestores irresponsáveis sejam punidos quando não executarem as verbas que têm que ser executadas em educação. Não basta só o financiamento público, bastam o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 45

financiamento e o controle social dos financiamentos, porque nós sabemos que, sistematicamente, não só nesse governo e não só aqui no DF, é *praxis* dos governos sempre darem um jeito de remanejar aquelas verbas que são vinculadas constitucionalmente.

Eu acho que este é o grande desafio da comunidade educacional de Brasília: fazer um plano distrital avançado e que possamos realmente responsabilizar os gestores, que criemos amarras, que envolvamos os colegiados e os tribunais de contas, que são responsáveis pela fiscalização e pela aprovação das contas do governo.

Que o dinheiro da educação, que é um dinheiro sagrado, seja executado em educação. Essa é a grande questão. A luta faz a lei e nenhuma lei põe fim à luta. Estamos juntos e vamos juntos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Jairo.

Agradeço também ao Caio, amigo e técnico de orçamento. Quero agradecer ao Adão, amigo de muitos anos da parte de execução orçamentária. Quero agradecer a presença de todos. Quero trazer algumas propostas de encaminhamento, eu peço a compreensão do Secretário Jacy.

Os três parlamentares aqui, Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Israel Batista e Deputado Wasny de Roure – isso naturalmente está aberto aos outros colegas deputados – vão acompanhar esse processo, especificamente do PDAF, junto à Secretaria de Educação, à Secretaria do Planejamento e à Secretaria da Fazenda.

A segunda questão. A exemplo de outros parlamentares que já se ofereceram, nós vamos verificar quais recursos provenientes de emendas de parlamentares poderão ser deslocados para reforçar o orçamento – o que vai depender tanto da área do planejamento, como da área da educação. Talvez isso não vá equacionar todo o problema, mas com certeza será uma cota de contribuição nesse processo de equacionamento.

Já, de antemão, coloco aqui para o secretário: a gente quer fazer de maneira absolutamente responsável, absolutamente solidária com esse processo de saneamento. Ninguém está aqui para penalizar ninguém, e vamos enfrentar caso a caso. Será designado um grupo de três técnicos para acompanhar. Os Parlamentares têm uma dinâmica, mas serão designados técnicos que têm domínio desta área, inclusive a pessoa que vou designar é da carreira e é especialista na área de contrato e na área de orçamento. O Jacy o conhece, é o Everton, que é da carreira e que pode ajudar nesse processo de vocês. Naturalmente, os Deputados Prof. Israel e Joe Valle vão designar.

Digo mais uma coisa para que fique claro a todos os colegas de gabinetes: qualquer Parlamentar que queira integrar essa comissão pode dela participar. Ela estará aberta para quem quiser acompanhar o processo até o seu pleno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 46

Naturalmente deve haver outras iniciativas que caberão a nós, mas queremos vocês conversando conosco.

Recentemente, estive em Planaltina, visitei a Neia lá na diretoria regional. Ela pôde expor o problema de algumas escolas, o tipo de problema, fez um levantamento geral. Vamos acompanhar esse levantamento para saber quais são as escolas que estão mais endividadas, vamos visitar algumas dessas escolas. Então, queremos, Jacy e toda a sua equipe que está aqui presente, bem como o Caio e o Adão, nos colocar inteiramente à disposição para ajudar a construir soluções para esse processo.

Quero também, antes de encerrar, passar rapidamente a palavra aos colegas Deputados para que façam suas considerações finais nesse processo.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Bem, quero agradecer ao meu colega Deputado Wasny pela oportunidade de fazermos este debate importante e ao Deputado Joe, que presidiu a sessão.

Quero dizer que estamos atentos a este problema, que precisamos aperfeiçoar o PDAF, aperfeiçoar o trabalho dos diretores. Vamos ajudar nessa construção, com toda a atenção que temos dado ao assunto até agora. Muito obrigado, Secretário Jacy. Mande um abraço ao Marcelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para as considerações finais. Antes do encerramento, faremos a leitura da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo.

DEPUTADO JOE VALLE – Só queria agradecer por todo o debate que acontece nesta Casa. Independentemente do resultado, ele é muito importante, sempre é um resultado importante. Quero agradecer também ao Jacy, e leve um abraço ao Marcelo pela disponibilidade de vir. Tem que vir mesmo, o governo tem que se expor, tem que se colocar, tem que conversar. Como disse o nosso aluno aqui, tem que olhar no olho. O governo é o gestor dos nossos recursos e esta Casa está aqui para fazer todos os esclarecimentos necessários.

Acho que temos que focar, Wasny, e essa comissão já é um resultado. Estava aqui a Deputada Arlete, que colocou também que o governo tem um posicionamento, que já está se movimentando, mas é muito importante um foco muito forte no plano distrital de educação. Acho que o Sinpro tem uma participação importantíssima, como as outras instituições que precisam colocar isso como um projeto. Aí faço um apelo ao Secretário de Educação, a quem está aqui o representando, que a secretaria também se estabeleça nesse processo, pois esse plano é norteador, esse plano é de longo prazo, esse plano aponta para o nosso futuro. Vejo que é um modelo que precisa ser implementado em todos os governos, não só no Governo do Distrito Federal. Sei que é uma discussão enorme, há muitos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 47

interesses envolvidos, e tem que ter mesmo, mas a Secretaria de Educação do Distrito Federal é uma cidade, é uma cidade, são mais de sessenta mil pessoas.

Então, essa lógica é importante, e a Câmara precisa participar, Presidente. O Presidente Wasny tem sido, primeiro, pela pessoa que é, pela seriedade com que coloca os assuntos nesta Casa... E a presença de S.Exa. já impõe um respeito pela sua história na política do Distrito Federal.

Eu quero dizer que esse posicionamento da Casa nesse sentido, nesse assunto tão importante, é muito importante para que ele se resolva.

Eu quero me colocar à disposição da comissão e à disposição de V.Exa., Presidente, para podermos, sob sua batuta aqui, implementar, o mais rápido possível, com muito pragmatismo, com concretude, efetividade, uma ação, para que a gente resolva, de forma urgente, essa questão, para dar segurança aos diretores. Nós da Câmara vamos trabalhar para que o governo assuma essa responsabilidade, porque efetivamente foi um erro do governo, foi um erro de um secretário, uma pisada na bola, como disse meu amigo e amigo do secretário. Mas o secretário, naquele momento, era o Governo do Distrito Federal.

Eu sei da boa vontade e da vontade mesmo que tem a atual gestão da Secretaria de Educação, mas temos que assegurar, garantir de verdade que essas dívidas assumidas pelos diretores sejam pagas e eles continuem tendo créditos, para termos esperança de que a educação tem vez neste governo. E a Câmara Legislativa pode fazer muito, principalmente V.Exa., que é o Presidente deste Poder

Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Obrigado, todos que estão aqui presentes. Nós estamos à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu quero apenas registrar, completando a palavra do Deputado Joe Valle e dos demais membros da Mesa, que já está estabelecida uma agenda para o debate do Plano Distrital de Educação, que, com certeza, teremos no próximo dia 24.

Eu peço a ajuda dos integrantes do sindicato, da secretaria. Ajudem-nos nesse processo de debate.

Eu quero agradecer a cada um de vocês; ao Sr. Jacy, que prontamente, sempre, invariável, todos conhecem a capacidade técnica e a responsabilidade que tem com a coisa pública. Quem conhece a trajetória do Jacy sabe perfeitamente da sua desenvoltura e do seu compromisso.

Eu quero cumprimentar todos os estudantes que já saíram, na pessoa do Guilherme, que falou de maneira tão firme, contundente. Esses são os nossos... E nós desejamos que sejam os nossos futuros parlamentares aqui da nossa cidade.

Eu quero agradecer muito ao Jairo, que aqui representa o Sinpro nesta discussão; ao Adão e ao Caio, que são servidores de carreira que têm tido a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 03 2014	15h35min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 48

sensibilidade de conduzir esse processo de equacionamento de matéria técnica e também de matéria financeira.

Eu quero agradecer aos meus colegas, Deputado Joe Valle e Deputado Prof. Israel Batista, e a cada um dos diretores de regionais, diretores de escolas, equipes dos gestores. Eu quero cumprimentar aqui, na pessoa da Patrícia, do Eudes, da Sandra, enfim, de vocês que estão à frente desse processo extremamente importante no desempenho da Secretaria... Eu quero cumprimentar o Secretário Marcelo, que está em viagem, e agradecer a todos, desejando um bom final de semana.

Eu agradeço a todos os Parlamentares e autoridades do governo e à comunidade, aqui representada pelas suas lideranças, que contribuiu de maneira relevante para o sucesso deste debate.

Declaro, assim, encerrada esta comissão geral.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão ordinária.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Quero, ainda, agradecer a presença do Maurício, que tem ajudado muito na Assessoria Parlamentar, da Rilza, do Celso, do Jeferson, enfim, de vários colegas, companheiros que estão aqui nesse processo de contribuição.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h30min.)